


Ser Pober não WE Nãda


RAP
Relatório Anual
da Pobreza
2004





Índice

Apresentação	3
Cap. 1: O Percorso Seguido	5
Cap. 2: O Pobre como Sujeito Activo	7
Cap. 3: Participação na Monitoria e Avaliação da Pobreza	11
Cap. 4: Percepção da Pobreza	13
Cap. 5: Dimensões da Pobreza	15
5.1: Pobreza Humana	15
5.2: Pobreza Social	17
5.3: Pobreza Económica	19
5.4: Pobreza Política	22
Cap. 6: Propostas do G20 ao 2º Painel do OP	25
Cap. 7: Resultados do 2º Painel do OP	27
Referências	28

LISTA DAS FIGURAS

Fig. 1: Distritos abrangidos pelo levantamento	5
--	---





Apresentação

Desde a fase da concepção do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, PARPA, que o Governo de Moçambique tem procurado a participação e o diálogo com a Sociedade Civil. O Observatório da Pobreza foi criado com a intenção de se constituir uma plataforma para o debate aberto, entre o governo e a sociedade civil *“como um instrumento vital para o aprimoramento da governação em todas as suas dimensões. A livre discussão dos problemas da população pode ajudar o governo a fortalecer as suas políticas, melhorar a provisão dos serviços públicos, melhorar a administração e clarificar o papel do Estado numa sociedade livre”* [Diogo.2002; p.11].

Aquando do primeiro painel do Observatório da Pobreza, foi pedido à Sociedade Civil que trouxesse as suas análises sobre a problemática da pobreza, para que o debate saísse enriquecido e, juntos, se pudesse reflectir como fazer mais e melhor. Foi neste contexto, que surgiu o Relatório Anual da Pobreza, como contributo da Sociedade Civil para o segundo painel do Observatório da Pobreza.

Enquanto organizações da Sociedade Civil louvamos a abertura do Governo de Moçambique para o estabelecimento de um debate contínuo e a possibilidade de, juntos, podermos analisar e procurar encontrar as melhores formas para se reduzir a pobreza, para se combater as suas causas e para se encontrarem mecanismos com vista a uma distribuição justa e sustentável da riqueza nacional.

Durante o ano transacto, as várias organizações da Sociedade Civil que foram convidadas a participar no primeiro painel do Observatório da Pobreza, o G20 reuniram várias vezes e decidiram, colectivamente, elaborar um relatório que trouxesse as preocupações dos vários estratos da sociedade, as sugestões dos vários actores e propostas concretas de intervenção. Crentes das confissões religiosas, trabalhadores sindicalizados, empresários registados em várias associações, camponeses membros de inúmeras associações e cidadãos que integram organizações da Sociedade Civil, recolheram a opinião de mais de dez mil pessoas em 85 dos 128 distritos rurais e em 17 centros urbanos de Moçambique e discutiram entre si, em dez seminários provinciais e num seminário nacional para produzirem este Relatório Anual da Pobreza.

Os recentes dados resultantes do Inquérito aos Agregados Familiares sobre a redução da pobreza, entre 1997 e 2003, em mais de dez pontos percentuais [MPF. 2004], são uma indicação das oportunidades para um cada vez maior envolvimento conjunto da Sociedade Civil, do Governo e da comunidade empresarial, para enfrentar o grande desafio de redução da pobreza e combate às suas causas.

O Relatório Anual da Pobreza de 2004 tem por tema o combate às causas da pobreza, dando um enfoque particular à participação da Sociedade Civil neste combate e à apresentação de um conjunto de sete propostas do G20, para o 2º painel do Observatório da pobreza. O Capítulo 1 menciona qual o percurso seguido para a elaboração deste relatório, chamando a atenção para o facto da sua elaboração ter contado com a participação de mais de 10000 cidadãos e cerca de 100 organizações da Sociedade Civil de Moçambique. Frisa ainda, que o levantamento realizado é um inquérito de opinião e que a metodologia seguida para o levantamento dos dados não permite que se faça qualquer extrapolação da informação recolhida para o nível nacional, mas que, a relevância do inquérito reside no facto de se ter trazido a voz do cidadão comum, integrada numa dinâmica de participação ao nível provincial. Não se trata pois, de um confronto com os dados oficiais, mas somente de um contributo baseado na opinião de milhares de cidadãos.

O Capítulo 2, intitulado “o pobre como sujeito activo” resulta da resposta à pergunta do questionário sobre que acções concretas poderiam ser realizadas pela Sociedade Civil no combate às causas da pobreza e posterior debate nos seminários provinciais. No 3º Capítulo aborda-se a questão da participação na monitoria e avaliação da pobreza, alertando-se para a necessidade de se desenvolverem mecanismos institucionais, que garantam uma participação mais abrangente dos

cidadãos e das várias instituições locais do País. O Capítulo 4 incide sobre as percepções que os cidadãos entrevistados têm da pobreza, sugerindo-se que a definição de pobreza em Moçambique, seja reformulada com base no que foi recolhido e sintetizado nos seminários provinciais e no nacional.

O Capítulo 5 aborda as várias dimensões da pobreza, seguindo o modelo dos quatro eixos analíticos, adoptado pela Agenda 2025. São apresentados de forma sintética, o que tem sido feito pelo Governo e a opinião dos cidadãos entrevistados, sobre o que pode melhorar nos domínios do Capital Humano, Capital Social, Economia e Governação. O Capítulo 6 traz o conjunto das sete propostas da Sociedade Civil que foram apreciadas com o Governo e a comunidade internacional no 2º painel do Observatório da Pobreza e o Capítulo 7 reporta os resultados alcançados após a análise e debate das propostas no painel.

CAPÍTULO 1



O Percurso Seguido

Quando as organizações convidadas a participar no primeiro painel do Observatório da Pobreza, se encontraram pela primeira vez, decidiram constituir-se em grupo, tendo escolhido a designação de G20 - Grupo dos 20, uma vez que foram cerca de 20 as organizações que participaram no primeiro painel. Com o tempo muitas outras organizações se vieram a juntar, quer em Maputo como nas várias capitais provinciais, mantendo-se no entanto a designação de G20 por mera questão de simplificação.

Foi então decidido que a elaboração de um Relatório Anual da Pobreza - RAP, constituiria um contributo concreto da Sociedade Civil para o Observatório da Pobreza. O processo de elaboração do RAP foi, desde o início, tão importante quanto o relatório em si. Estávamos interessados que o maior número possível de cidadãos se envolvesse na discussão sobre, como reduzir a pobreza absoluta e combater as causas da pobreza, para que ela não se perpetuasse no País.

Com esse propósito foram definidos os seguintes objectivos do RAP:

1. Identificar a evolução das percepções sobre a pobreza em Moçambique, de acordo com as várias regiões, os grupos sociais, as actividades profissionais e as características dos indivíduos;
2. Avaliar a percepção sobre o impacto das acções, actividades ou projectos de redução da pobreza, no local de residência;
3. Verificar a evolução do aumento e distribuição da riqueza, de acordo com indicadores orientados para os interesses dos cidadãos e das relações sociais, que lhes estão subjacentes;
4. Estabelecer um diálogo aberto entre os cidadãos e os actores do desenvolvimento nacional, sobre o que é a pobreza e como combater as suas causas.

Para se alcançarem estes objectivos foram identificados dois instrumentos:

- A aplicação de um inquérito ao cidadão e um outro às instituições, pelo maior número de distritos possível;
- A realização de seminários provinciais e nacionais, onde se analisassem os resultados do inquérito e se recolhessem propostas concretas, para serem apresentadas ao 2º painel do Observatório da Pobreza.

A aplicação do inquérito foi feita pelas próprias organizações da Sociedade Civil, de acordo com as instruções para o preenchimento dos questionários, que foram elaboradas para o efeito. Em cada província foi seleccionada uma organização para coordenar a aplicação e recolha do inquérito. Foi pedido que por Distrito, se procurasse aplicar o inquérito a 100 cidadãos e ao maior número possível de instituições, tendo-se definido como instituição: a empresa, a ONG, a Igreja, a Mesquita, a associação e a cooperativa.

Foram recolhidos mais de 7000 inquéritos, sendo cerca de 5000 ao cidadão e 2000 às instituições. Dos 146 distritos rurais e centros urbanos foram cobertos 102, o que corresponde a 70% do objectivo que a Sociedade Civil se propunha alcançar. Em todo este processo estiveram envolvidas mais de 10000 pessoas e cerca de 100 organizações da Sociedade Civil de Moçambique.



Fig. 1: Distritos abrangidos pelo levantamento

Limitações dos Dados e Relevância do Levantamento

O carácter voluntário da aplicação e de resposta ao inquérito, o não controlo da amostra e a disparidade do número de questionários aplicados por distritos, não permitem que se faça qualquer extrapolação da informação recolhida para o nível nacional. Desde o início que se estava ciente, que este não era um inquérito com validade estatística nacional. Era um inquérito de opinião, cuja aplicação teve por objectivos operacionais, primeiro, trazer em directo a voz escondida de milhares de cidadãos e segundo, desencadear uma dinâmica de análise-acção, de todos os parceiros da Sociedade Civil no combate à pobreza.

Durante o tratamento dos dados levantados, houve o maior rigor na análise dos inquéritos recolhidos. Cerca de 2000 inquéritos foram anulados, ou porque havia duplicação nítida das respostas de ficha para ficha, o que era indicativo do inquiridor ter preenchido as fichas sem o devido cuidado, ou porque as respostas eram totalmente incoerentes entre elas. Todos os dados foram processados em SPSS e os bancos de dados estão à disposição de qualquer estudioso, bem como de todas as organizações que constituem o G20.

O facto de o levantamento não ter validade de inquérito estatístico nacional, não diminui a sua relevância. A aplicação do inquérito permitiu trazer para o observatório, a voz de milhares de pessoas espalhadas por todo o País, que nas estatísticas oficiais da monitoria da pobreza, surgem escondidas por detrás da frieza dos números. Podia-se ter optado pela realização de muitos seminários, contudo haveria o problema da selecção dos participantes, dos tópicos a incluir na agenda e do rigor na redacção das sínteses. Ao terem-se combinado as duas metodologias, inquérito e seminários, ouviu-se o cidadão comum e deu-se um conteúdo concreto aos seminários provinciais.

O segundo aspecto relevante com a aplicação do inquérito e posterior análise em seminário provincial foi o da dinâmica desencadeada ao nível local e provincial. Muitas vezes foi dito que a iniciativa era boa, porque se estavam a perguntar coisas concretas e a pedir sugestões sobre como resolver os problemas, sobre quais as acções concretas que a Sociedade Civil poderia realizar, e quais as propostas a apresentar ao Observatório da Pobreza, para serem levadas a cabo pelo Governo, em articulação com a Sociedade Civil e o sector empresarial.

O terceiro elemento indicativo da relevância do levantamento foi o tipo de questões colocadas. Questões como segurança de posse de terra ou a quem compete a tomada de decisão dentro da família sobre como aplicar a poupança, é um tipo de questão que, normalmente, não consta nos inquéritos quantitativos. Por outro lado, o terem-se incluído questões de natureza qualitativa como é usual num inquérito de opinião, serviu de estímulo para o debate nos seminários provinciais e no seminário nacional.

Passos Seguintes

Depois do segundo encontro do painel do Observatório da Pobreza, o Relatório Anual da Pobreza vai ser publicado, contendo as conclusões e recomendações do painel, e será distribuído por todas as organizações. Prevê-se que o relatório venha a ser estudado nas igrejas, nas mesquitas, nas associações, nas cooperativas, nas empresas, nos sindicatos e nas ONGs, que se encontram nos distritos rurais e centros urbanos do nosso País.

Mais tarde, terá lugar um seminário nacional, que contará com a participação de delegações, vindas de todas as províncias, para se fazer o balanço das actividades realizadas e se definir o plano de actividades para preparar a participação da Sociedade Civil, no terceiro painel do Observatório da Pobreza.

CAPÍTULO 2



O Pobre como Sujeito Activo

O pobre Moçambicano, não é objecto passivo que está à espera da implementação do PARPA para sair da pobreza absoluta. Ele e ela, têm opinião sobre o que podem fazer para reduzir a pobreza e aumentar a riqueza nacional.

Pelo menos, esta foi a mais significativa conclusão, depois de terem sido auscultados mais de 10000 cidadãos, de se terem discutido as causas da pobreza e a forma de as ultrapassar, em dez seminários provinciais e num seminário nacional, entre os meses de Fevereiro e Abril de 2004. O Moçambicano é laborioso e tem capacidade para *assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar*¹, o que lhe falta é a oportunidade para o realizar.

Ser pobre não é nada, estava escrito num barco de pescadores, estatisticamente pobres, de Inhambane. Por todo o País, para a grande maioria dos 10000 entrevistados e dos participantes aos seminários, o Moçambicano não é pobre, mas ficou ou está pobre, podendo sair dessa situação logo que tenha possibilidade para o fazer. Como dizia um dos entrevistados, *ser pobre, é não lutar para vencer a pobreza e para um outro ser pobre, é carecer de possibilidade para ultrapassar certas dificuldades*.

Se o problema não reside na falta de capacidade, mas na impossibilidade para ultrapassar certas dificuldades, então o combate à pobreza tem de, obrigatoriamente, passar pelo combate às causas da pobreza. O que é que os cidadãos entrevistados e os que participaram nos seminários, identificaram como formas de combate às causas da pobreza?

Combate às Causas da Pobreza

Através dos inquéritos e dos seminários foram identificadas 10 percepções sobre as causas da pobreza e 28 acções concretas para as combater, que podem ser implantadas pela Sociedade Civil. Além disso, os cidadãos que foram envolvidos neste processo de participação elaboraram sobre que estratégia seria mais adequada ao nível nacional, para as implementar.

A análise dos dados recolhidos foi feita em torno dos quatro grandes eixos que norteiam a Agenda 2025, recentemente adoptada pela Assembleia da República. Estes eixos são:

- **Capital Humano** - a caracterização do Homem Moçambicano;
- **Capital Social** - a forma como ele se organiza em sociedade;
- **Economia** - a maneira como organiza e desempenha a actividade produtiva;
- **Governança** - como institucionaliza e pratica a gestão do Estado [Agenda 2025, p. 1].

No domínio do **Capital Humano** os cidadãos inquiridos expressaram como principais percepções das causas da pobreza (i) o baixo nível de escolarização e (ii) a doença.

As acções concretas que acharam que a Sociedade Civil poderia realizar na área da educação foram:

1. A participação na construção de escolas com materiais locais;
2. Encorajar a educação da rapariga;
3. Encorajar os jovens a ensinar os mais carenciados;
4. Participar na alfabetização de adultos;
5. Implementar programas especiais para as crianças que não têm acesso à escola;
6. Uso das escolas corânicas e as de outras religiões para ensinar o currículo e se reduzirem as taxas de analfabetismo.

1 Extracto da definição oficial da pobreza que consta no PARPA.

Na área do combate à doença, disseram que era possível fazer:

7. A criação de um sistema de saúde comunitária baseado no saber dos curandeiros e dos mais velhos das comunidades;
8. Apoio na distribuição de redes mosquiteiras;
9. Participar na feitura de poços melhorados.

Na esfera do **Capital Social** as principais percepções sobre as causas da pobreza foram (iii) a falta de solidariedade e (iv) a falta de valores éticos, cívicos e morais.

Para o aumento da solidariedade foram mencionadas as seguintes acções para a Sociedade Civil:

10. Promoção da criação de associações de pessoas portadoras de HIV/SIDA;
11. Capacitação de associações;
12. Encorajar a população a preservar o meio ambiente;
13. Amparar os desfavorecidos;
14. Trocar experiências com outras comunidades;
15. Estabelecer rádios comunitárias.

Para uma maior interiorização dos valores éticos, cívicos e morais foram apontadas como acções:

16. Fomentar a educação cívica sobre os direitos e os deveres dos cidadãos e ainda sobre os valores morais e religiosos na educação familiar;
17. Apoio jurídico aos jovens reclusos.

No âmbito da **Economia** as percepções das causas da pobreza foram (v) a baixa produção e produtividade, (vi) dificuldades de acesso aos mercados e (vii) falta de crédito.

Para o aumento da produção e da produtividade apresentaram as seguintes acções concretas que a Sociedade Civil pode desencadear:

18. Organização de mais associações de produtores;
19. Ensinar a estabelecer o equilíbrio entre as culturas alimentares e as de rendimento;
20. Divulgar tecnologias modernas para as culturas;
21. Conciliar os conhecimentos científicos com conhecimentos locais no ensinamento de novas técnicas e tecnologias.

Para se ultrapassarem as dificuldades no acesso aos mercados sugeriram:

22. Apoiar a criação de mercados comerciais nos distritos para venda de produtos;
23. Fazer circular a informação sobre os preços dos produtos para se diminuïrem as discrepâncias entre os preços aos produtores e os lucros dos intermediários;
24. Apoiar no financiamento aos pequenos comerciantes com juros mínimos e prazos favoráveis.

E sobre a falta de crédito mencionaram:

25. Introduzir esquemas de micro-crédito.

No domínio da **Governança**, as percepções das causas da pobreza foram (viii) os roubos, (ix) a falta de registo civil e (x) corrupção.

Para acabar com os roubos foi sugerido que a Sociedade Civil poderia:

26. Apoiar a criação de núcleos para policiamento comunitário.

Sobre o registo civil foi proposto:

27. Ver como apoiar no aumento das brigadas móveis de registo civil.

E sobre a corrupção:

28. Participar em conselhos, que contem com a presença dos serviços públicos para se identificarem medidas concretas para cada tipo de casos.

Estratégia de Combate às Causas da Pobreza

Para além das sugestões de acções concretas, os cidadãos entrevistados e os que participaram nos seminários, opinaram sobre qual deveria ser a estratégia adequada à realidade de Moçambique para o combate às causas da pobreza.

O esboço de estratégia assentou em duas vertentes: **Aumento da Participação e Crescimento Agrário.**

Para que aumente a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, foram apresentadas as seguintes condições:

- Uma maior divulgação e discussão da informação, para que o cidadão possa estar activamente envolvido na resolução das questões que entravam a redução da pobreza;
- A existência de um quadro institucional, que conte com a participação da Sociedade Civil, onde se faça o acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelos doadores e dos programas de acção governamental ao nível local.

Para o crescimento agrário foram apresentadas como condições:

- Um fomento agrário e pecuário que possibilite a adopção de tecnologias modernas que permitam aumentar a produtividade e a rendibilidade;
- A disponibilidade de capital inicial para a formação de micro-empresas e para o aumento de pequenas e médias empresas;
- A existência de investimento em agro-indústrias e em unidades de processamento dos produtos dos pobres.

CAPÍTULO 3



Participação na Monitoria e Avaliação da Pobreza

De acordo com o PARPA a monitoria deve criar fluxos de informação eficazes, envolvendo todos os parceiros, para que ela possa servir como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas. O envolvimento dos cidadãos surge assim como indispensável.

O que foi Feito Pelo Governo

No âmbito da monitoria e avaliação o Governo durante o ano transacto:

- Identificou as actividades prioritárias de acordo com a matriz reduzida de acções e indicadores;
- Em matéria da monitoria do impacto das políticas públicas, realizou o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF 2002-2003);
- Na componente da monitoria qualitativa do impacto, testou uma nova metodologia em Sofala;
- Estimulou a institucionalização do princípio de consulta pelos sectores, como aconteceu na Agricultura, Educação e Águas;
- Está a elaborar a regulamentação da Lei dos Órgãos Locais do Estado prevenindo-se a criação de Conselhos de Consulta, desde a Localidade até à Província.

Dados Levantados Pelo G20

O G20 procurou saber qual o nível de participação do cidadão e das instituições no acompanhamento da implementação do PARPA.

Os dados recolhidos mostram que:

- Nos últimos doze meses cerca de 30% dos cidadãos inquiridos participaram em, pelo menos, uma reunião sobre a pobreza;
- Dos que participaram, mais de metade esteve em dois ou três encontros, o que demonstra que o envolvimento não foi esporádico;
- Ao nível das instituições, cerca de 44% participaram, em média, em dois encontros sobre a pobreza, sendo os sindicatos, os que mais activamente se envolveram e as empresas, as que menos foram solicitadas a abordarem a problemática da pobreza.

Interessava também saber a quem coube a iniciativa de organizar o encontro sobre a pobreza, tendo-se concluído que:

- O Estado foi o principal impulsionador do debate sobre a pobreza, cerca de metade das reuniões que tiveram lugar com o cidadão em todo o País, foram da iniciativa do Governo;
- As organizações da Sociedade Civil organizaram cerca de um quarto dos encontros e as autoridades tradicionais e as religiosas, tiveram um papel relevante em algumas províncias;
- Os grandes ausentes foram os partidos políticos. Somente 3% das reuniões em que os entrevistados participaram foram organizadas pelos partidos;
- A maioria das reuniões que tiveram lugar nas empresas e nos sindicatos foi da iniciativa da Sociedade Civil.

Os resultados indicam que apesar de terem sido envidados esforços, tanto por parte do Governo como da Sociedade Civil, para uma maior participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, foram identificados 70% dos cidadãos e mais de metade das instituições inquiridas, que não participaram em nenhuma reunião, para analisar a questão da pobreza em Moçambique.

Por outro lado, sabe-se que há diversas outras iniciativas em curso, como sejam, a constituição de núcleos distritais de monitoria e avaliação da pobreza nos distritos da Província de Nampula, vários estudos de natureza participativa levados a cabo por ONGs e variados seminários em associações e cooperativas de camponeses, que tiveram por objectivo a caracterização da pobreza e a identificação de acções concretas ao nível local para a redução da pobreza. Importa capitalizar sobre estas experiências e tirar à monitoria e avaliação da pobreza o carácter, de certa forma, não programado que o tem caracterizado.

Esta questão foi apresentada aos seminários provinciais, perguntando-se como aumentar a participação e como garantir um maior envolvimento dos cidadãos e das instituições na monitoria da pobreza.

Os relatórios dos seminários provinciais dizem que os participantes sugeriram que a participação fosse institucionalizada. Que deveriam existir órgãos onde, ao nível local as organizações e demais grupos de interesse pudessem fazer o acompanhamento da implementação do PARPA e de outras acções para a redução da pobreza.

Sugeriram ainda, que numa primeira fase, por exemplo, ao longo do próximo ano, esses fóruns fossem criados nas capitais provinciais e que gradualmente fossem sendo estabelecidos nos distritos.

CAPÍTULO 4



Percepção da Pobreza

A percepção do cidadão sobre a pobreza, é fundamental para a sua participação no combate à pobreza. A representação subjectiva da pobreza está relacionada com os valores e as preferências pessoais, mas também inclui elementos derivados da cobertura ou não, das necessidades vitais (rendimento, alimentação, vestuário e alojamento) e das causas das disparidades estruturais (acesso à terra e aos serviços, relações de género, etc.).

O PARPA define a pobreza como sendo a “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade” [PARPA, p. 10].

O que foi Feito Pelo Governo

O Inquérito aos Agregados Familiares, IAF 2002-03 identifica como limitantes da abordagem seguida para a recolha de dados:

- A impossibilidade de se fazer a análise da alocação dos recursos dentro da família, isto é, presume-se que há uma distribuição justa dos recursos entre os membros da família, independentemente das relações de género, das relações entre jovens e seniores e das relações entre as vários segmentos das famílias alargadas;
- A não identificação dos processos de tomada de decisão internos à família, ficando-se pela *habilidade* da família, como um todo, de satisfazer as necessidades básicas.

O principal problema relacionado com esta limitação, é de não se saber se a redução da pobreza por agregado familiar corresponde a uma redução real por membro do agregado ou não. Essa é mais uma das razões porque se justifica o levantamento da percepção da pobreza, junto do cidadão individual.

Dados Recolhidos pelo G20

O inquérito do G20 procurou saber quais as percepções e causas da pobreza dos cidadãos e das instituições inquiridas.

As inúmeras respostas sobre “Para si o que é ser pobre?” [p. 2 inquérito] recolhidas foram primeiro agrupadas com base na semelhança das abordagens e, depois, nos seguintes quatro grandes grupos que derivam dos eixos da Agenda 2025:

- A pobreza derivada da não satisfação das necessidades vitais - *não ter comida, não ter roupa, não ter casa, não ter nada, não ter condições de sobrevivência, viver num País com calamidades;*
- A pobreza derivada das causas para o baixo rendimento - *não ter emprego, não ter dinheiro, não ter possibilidades, não ter meios de produção, não ter terra;*
- A pobreza relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais - *não ter saúde, ter deficiência física ou mental e ser marginalizado, não ter força para trabalhar, ser órfão, abandonada, viúva ou não ter “dono”;*
- A pobreza derivada da situação política - *viver num País com guerra, não ter amparo do Estado, viver de esmolas.*

Os dados recolhidos mostram que:

- Para mais de 60% dos cidadãos nacionais, a pobreza está associada à impossibilidade de cobrir as necessidades vitais, ou seja, à situação de indigente. Para

- os restantes a pobreza deriva do baixo rendimento, ou das disparidades sociais, ou da situação política;
- Não se verificaram percepções diferentes em função do sexo do respondente, nem entre os crentes das várias confissões. Para os jovens, a indigência é a principal razão da pobreza enquanto que, para os mais velhos e os não-crentes, ela está associada ao baixo rendimento;
 - Para os que têm emprego, estudos e os urbanos, ser pobre é ser indigente, enquanto que para os camponeses, os analfabetos e os que vivem nas zonas rurais, as causas da pobreza estão mais associadas às causas para o baixo rendimento;
 - Entre as instituições o baixo rendimento é a principal razão de ser da pobreza, embora se tenha verificado que as associações, ONGs, Igrejas e Mesquitas dão um peso, significativamente maior, às razões de natureza política.

O que estes dados indicam é de que, para mais de metade dos cidadãos e das instituições, os pobres são aqueles que nem conseguem satisfazer as suas necessidades vitais, porque não lhes é dada a oportunidade para tal. Contudo, entre o universo dos entrevistados que exprimiram outras percepções, a pobreza é ultrapassável caso haja oportunidade para tal.

Já o Fórum Mulher, no seu estudo *Abordagem para a Análise de Género do PARPA*, critica a definição de pobreza que consta no PARPA argumentando que se o conceito de pobreza não fica esclarecido dificilmente se poderá estabelecer uma estratégia correcta para a sua redução. Na sua opinião a pobreza definida como *incapacidade*, faz recair sobre o cidadão e a sua família a responsabilidade da sua própria pobreza, não se abordando a questão da distribuição justa e sustentável dos benefícios e da igualdade de direitos e oportunidades no acesso e controlo dos recursos. O documento do Fórum sugere que seria mais coerente falar da *impossibilidade* de aceder ao bem estar.

Acrescenta ainda que as mulheres, com as suas múltiplas actividades, são os principais actores na resolução do problema e as que obtêm o menor reconhecimento. O seu estatuto de subordinadas e dependentes marginaliza-as dos processos de tomada de decisões, tanto no espaço público, como no seio da família. São as principais excluídas no acesso e controlo dos recursos e na distribuição dos benefícios. A estratégia para a redução da pobreza tem de promover a mudança das relações de género que marginalizam a mulher.

Nos seminários provinciais deu-se particular atenção à definição oficial da pobreza em Moçambique. Os vários contributos podem-se sintetizar em dois aspectos particulares: (i) que o combate à pobreza não deve ser tido só ao nível individual e; (ii) que se deveria dar a perspectiva que o objectivo não é só satisfazer as necessidades básicas mínimas, mas o crescimento e desenvolvimento de todo o cidadão.

CAPÍTULO 5



Dimensões da Pobreza

As dimensões da pobreza foram construídas em torno dos quatro eixos da Agenda 2025, a saber: o Capital Humano, o Capital Social, a Economia e a Governação. Assim, a pobreza derivada da não satisfação das necessidades vitais, foi chamada Pobreza Humana. A Pobreza Social foi identificada com aquela que está relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais. À pobreza, derivada das causas para o baixo rendimento, foi chamada de Pobreza Econômica. A pobreza, relacionada com questões de governação, foi apelidada de Pobreza Política.

5.1. POBREZA HUMANA

A Agenda 2025 define o Capital Humano como aquele que diz respeito aos factores que, directamente, influenciam a capacidade do homem de manter uma vida sã e sustentável. Às limitações neste domínio chamou-se pobreza humana.

O acesso às condições básicas de vida e bem-estar constitui o principal imperativo do PARPA. Trata-se da concretização de direitos humanos básicos, nomeadamente do direito aos alimentos, do direito à saúde e do direito à educação para todos os cidadãos Moçambicanos.

O PARPA é construído sobre um modelo que se baseia nas novas teorias do crescimento endógeno, o qual tem, o investimento das famílias na educação dos seus membros, como estratégico para sair da situação da pobreza. O investimento das famílias na educação dos seus filhos irá trazer retornos acrescidos pela via do acesso ao emprego e da adopção da inovação tecnológica no sector produtivo.

O que foi Feito Pelo Governo

O IAF 2002-2003 indica que:

- Sofala é a Província onde o número médio de refeições consumidas no dia anterior ao inquérito foi o mais elevado enquanto que, Cabo Delgado e Inhambane são as que têm o mais baixo;
- No campo da saúde dá particular relevo à propagação da pandemia HIV/SIDA, chamando a atenção para o agravamento da situação, na zona centro do País;
- No âmbito da educação, indica que a frequência escolar entre 1996-97 e 2002-03 passou de 61% para 80%, no grupo de idade seleccionado.

O Balanço do Plano Económico e Social de 2003 estabelece a relação com as Metas de Desenvolvimento do Milénio subscritas pelo Estado Moçambicano e constata que:

- Os indicadores do Sistema de Aviso Prévio para Segurança Alimentar e do TIA mostram resultados muito positivos no combate à fome e que o acesso à água potável nas zonas rurais aumentou entre 1992 e 2003 de 10% para 40% e nas zonas urbanas entre 1991 e 2003 de 29% para 33% das famílias;
- No referente à saúde, afirma que a mortalidade infantil está a reduzir pela acção combinada do Programa Alargado de Vacinações com o Programa de Saúde Materno-Infantil e Planeamento Familiar. Refere ainda que o combate à malária registou descidas, entre o ano de 2002 e 2003, na ordem de 1,6% no número de casos notificados e de 23% no número de óbitos registados. Sobre a projecção do impacto macroeconómico do HIV/SIDA chama a atenção que se prevê que os efeitos venham a ser mais fortes que os actuais para o período entre 2005 e 2010;

- No domínio da educação, salienta que há um forte crescimento na taxa de admissão do EP1, mas alerta para o problema da baixa qualidade da educação, que se reflecte nas altas taxas de repetição.

Dados Recolhidos Pelo G20

O G20 concentrou-se sobre três áreas particulares relacionadas com a redução da pobreza humana:

- A segurança alimentar e o acesso à água, em quantidade e qualidade, durante todo o ano;
- A eficácia das redes de saúde na prevenção e no controlo das doenças que mais afectam o tempo de trabalho disponível e a qualidade de vida das famílias, nomeadamente aquelas cuja duração dos efeitos é mais do que três meses;
- A cobertura da rede escolar primária e as razões da eventual diferenciação dentro da família no envio dos filhos à escola.

No referente à segurança alimentar os entrevistados disseram que:

- Para pouco mais de metade dos inquiridos, a quantidade de comida consumida nos doze meses transactos à altura do inquérito foi insuficiente;
- Também a quantidade de água disponível, só foi suficiente para menos de metade dos inquiridos.

Nas respostas relacionadas com a saúde do agregado familiar:

- Quase metade das famílias entrevistadas teve algum membro doente por mais de três meses;
- Para 90% dos casos o Posto de Saúde é o primeiro local de recorrência em caso de doença, porém, mais de metade dos que se deslocam aos postos de saúde declararam que não têm dinheiro para comprar os medicamentos que lá são receitados.

Na área da educação perguntou-se se as crianças em idade escolar iam à escola e se não iam quais as razões explicitadas por sexo. Os resultados foram os seguintes:

- Em mais de 60% das famílias, todas as crianças em idade escolar vão à escola, para um quarto das famílias apenas vão algumas das crianças e para mais de 10% não vai nenhuma criança à escola;
- A principal razão porque não enviam os rapazes e as meninas à escola relaciona-se, segundo declararam, com a falta de dinheiro. A segunda razão para o não envio dos rapazes à escola prende-se com o trabalho (em particular o ganho-ganho) e as meninas com o casamento prematuro ou a gravidez precoce;
- O facto do chefe do agregado familiar ser homem ou mulher ou de a família habitar nas zonas rurais ou nas zonas urbanas, não surge como explicação para o não envio de algumas ou de todas as crianças à escola.

Os dados levantados mostram que, apesar dos positivos resultados alcançados, há ainda muito por fazer em matéria de realização dos direitos humanos. São ainda muitos os que têm a percepção de que a quantidade de comida e a água que as suas famílias consomem não são suficientes.

Preocupante é ainda o facto de uma tão elevada percentagem de famílias ter tido alguém doente por mais de três meses. Para além dos impactos agregados macroeconómicos que o relatório do Governo chama a atenção, há os efeitos ao nível da economia familiar. Ter alguém doente por mais de três meses significa que o fundo de tempo de trabalho da família foi afectado, houve um outro membro que teve de trabalhar pelo doente ou uma criança, que ficou impossibilitada de ir à escola. Quando foi feito o cruzamento dos dados entre, ter tido alguém doente por mais de três meses e se a comida disponível foi suficiente, verificou-se que a maioria dos que tiveram um doente declararam que a comida foi insuficiente e que a quantidade tinha diminuído.

O segundo resultado preocupante prende-se com a declaração de falta de dinheiro, quer para comprar os medicamentos receitados nos postos de saúde, quer para o

envio dos filhos à escola no nível do EP1. É preocupante uma vez que o Governo tem subsidiado o custo dos medicamentos e o ensino do EP1 é gratuito, ficando-se sem se saber porque é que esta situação se regista e como é que os esforços do Governo estão a ser minados, quando da prestação dos seus serviços junto do cidadão.

Estas questões foram levantadas nos seminários provinciais e no seminário nacional. Perguntou-se o que poderia ser feito para que a segurança alimentar fosse uma realidade para todos e os contributos recolhidos puseram uma grande ênfase na necessidade de se aumentar a produtividade do sector familiar, pelo menos, para os níveis alcançados pelo sector familiar nos países vizinhos. Para o caso da água, foi mencionada a necessidade de haver formação para a autoconstrução de poços melhorados, em vez de se ficar à espera que empresas os venham construir a expensas dos fundos do Estado.

A questão da falta de dinheiro para comprar os medicamentos e como justificação para o não envio dos filhos à escola foi objecto de particular atenção. Em todos os seminários a explicação foi a mesma - corrupção por parte dos funcionários que vendem os medicamentos, dos que procedem às matrículas nas escolas e na venda ilegal do livro escolar.

Para além disso foi ainda sugerido que houvesse um programa de alfabetização e de ensino básico alternativo para as crianças que não têm a possibilidade de frequentar a escola primária e para as meninas que têm de abandonar a escola devido à gravidez ou ao casamento precoce.

5.2. POBREZA SOCIAL

A Agenda 2025 identifica o Capital Social como a maior riqueza de Moçambique, dando particular destaque à diversidade cultural, afirmando que se ela for bem gerida pode constituir uma base sólida sobre a qual se pode fundar uma Nação coesa e indivisível. À pobreza relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais, foi chamada de Pobreza Social.

Uma das formas de avaliar o grau de desempenho do capital social é através do quadro institucional em que se resolvem e se actua na prevenção dos conflitos. O PARPA dá particular ênfase à eficiência do sistema legal e judicial, à segurança pública e à redução e contenção da corrupção, a todos os níveis.

O que foi Feito Pelo Governo

Entre outras iniciativas do Governo o Balanço do Plano Económico e Social de 2003 destaca:

- A criação de um sistema de indicadores sobre a provisão de serviços ao público pelo sector de justiça e legalidade;
- A criação de um sistema de controlo do desempenho das procuradorias e dos tribunais;
- A continuação da reforma legal através da revisão da Lei dos Tribunais Comunitários, das leis da Família e das Sucessões, dos códigos Penal, do processo Civil, do Notariado e do Registo Civil;
- A programação de campanhas de julgamento e legalização dos casos de cidadãos em prisão preventiva cujos prazos estejam excedidos;
- O início de actividades com vista à revisão da legislação relativa às disputas comerciais e ao emprego.

Dados Recolhidos Pelo G20

O G20, no seu levantamento, concentrou-se no aspecto particular da consistência do tecido institucional para a resolução e prevenção de conflitos ao nível local e na confiança do cidadão nas instituições do nível nacional. Para o efeito foram

aplicadas três perguntas: a quem o cidadão recorre em primeira instância para a resolução de problemas sociais graves, qual o peso relativo que o cidadão dá às várias instituições para a resolução futura da imoralidade, da falta de ética e da criminalidade e em quem é que as instituições confiam para a resolução dos conflitos de natureza laboral.

Os dados levantados em relação à recorrência em caso de conflito social grave por parte do cidadão mostram que:

- Em quase 60% dos casos é à família a quem se recorre em primeira instância, cerca de 20% dos inquiridos preferem as Autoridades Tradicionais, seguindo-se em terceiro lugar os Tribunais Comunitários;
- Não se registaram diferenças em função do sexo do respondente, mas, em relação à idade, verificou-se que há uma maior confiança dos velhos nas Autoridades Tradicionais e dos jovens e dos adultos nos Tribunais Comunitários;
- O nível de escolarização e o ambiente rural e urbano têm bastante influência na escolha da instituição a que se recorre. Os analfabetos e os que habitam nas zonas rurais dão maior preferência às Autoridades Tradicionais, enquanto os mais escolarizados e os urbanos, preferem a família.

Sobre a recorrência no caso de conflitos de trabalho graves:

- Os sindicatos são os que mais confiam nos tribunais e as associações e ONGs os que menos confiança neles deposita. As empresas têm clara preferência pelas autoridades governamentais, preferência essa que é muito menor entre os sindicatos, as associações e ONGs. Todavia, tanto as empresas como os sindicatos reconhecem a discussão interna como a mais indicada para a resolução dos conflitos de trabalho.

Sobre a resolução futura das situações de imoralidade, da falta de ética e da criminalidade, os entrevistados mostraram as seguintes preferências:

- Para mais de 60% dos cidadãos a responsabilidade recai sobre a educação familiar e as autoridades do Estado;
- As Igrejas Cristãs dão um peso maior ao seu papel educacional enquanto que as Mesquitas Muçulmanas distribuem a responsabilidade entre elas e o papel desempenhado pela educação familiar.

Família, Autoridades Tradicionais e Tribunais Comunitários são as três instituições a quem se recorre para a resolução de conflitos sociais graves. É preocupante o facto de, mesmo os mais escolarizados e os urbanos, não terem feito qualquer referência à recorrência a outros tribunais, bem como não terem mencionado a polícia ou outras autoridades do Estado. Embora se tenha mencionado o papel que o Estado deve desempenhar no combate à imoralidade, à falta de ética e à criminalidade, as suas instituições surgem como o grande ausente na resolução dos conflitos.

Preocupante é também o facto de para a resolução de conflitos laborais só os sindicatos recorrerem aos tribunais. Todos os outros empregadores ou resolvem as coisas à sua maneira ou recorrem às autoridades governamentais. A ênfase dada no PARPA ao papel que o judiciário deve desempenhar para a pleno funcionamento das actividades económicas, não está a ser acompanhada pela prática das instituições da justiça do nível nacional.

Nos seminários provinciais foi perguntado porque razão a polícia e os tribunais não surgem como instância de recurso para a resolução dos conflitos sociais graves. Em relação à polícia uma vez mais foi mencionada a corrupção e a falta de confiança do cidadão comum nesta instância, quando tem algum problema para resolver. Sobre os tribunais foi também mencionada a corrupção, para além dos custos e da morosidade no atendimento dos processos.

Foi ainda apontada, a ineficácia dos tribunais na resolução dos conflitos de natureza comercial e laboral, como um entrave ao crescimento empresarial e como responsável pela deterioração das relações laborais. Falou-se ainda sobre a corrupção entre os mais diversos tipos de inspectores e fiscais que, em princípio, deveriam actuar na esfera da prevenção dos conflitos comerciais e laborais.

5.3. POBREZA ECONÓMICA

Considerou-se como Pobreza Económica aquela que deriva das causas para o baixo rendimento. No domínio estritamente económico o PARPA define como áreas de acção fundamentais, porque essenciais para a redução da pobreza e crescimento económico, a agricultura e desenvolvimento rural, as infra-estruturas básicas e a gestão macroeconómica e financeira.

No âmbito da agricultura e desenvolvimento rural, o aumento da produtividade e o acesso ao mercado, particularmente, pelo sector familiar, são considerados como estratégicos. Em matéria de infra-estruturas a estratégia reside na melhoria da rede de estradas para melhor permitir o acesso aos mercados e para reduzir os custos. Na área da gestão macroeconómica e financeira é tido como estratégico manter-se a inflação baixa, boa gestão das despesas públicas, promoção do comércio internacional, reforço da gestão da dívida interna e externa e a expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas.

O que foi Feito Pelo Governo

O Balanço do Plano Económico e Social de 2003 enumera uma série de actividades que foram realizadas pelos serviços agrários de extensão, pecuária, apoio institucional e investigação, com vista a promover a produção e a produtividade através do encorajamento (i) à adopção de técnicas melhoradas, (ii) ao uso de insumos, (iii) à protecção de plantas e animais e (iv) às actividades pós-colheita.

No âmbito das infra-estruturas, em particular das estradas, o Balanço do PES, indica que 76% do que fora planificado para reabilitação e 79% para manutenção de rotina foi cumprido no ano 2003. No entanto o plano de reabilitação das estradas primárias só foi alcançado em 23% e o de manutenção de rotina em 20%.

Em matéria de resultados macroeconómicos o Balanço do PES destaca:

- O crescimento do Produto Interno Bruto de 7,1%, sendo o valor nominal do PIB alcançado de 102,753 milhões de contos;
- Uma taxa de inflação média anual de 13,5%;
- O prosseguimento da revisão legislativa na área do Investimento para estimular um maior envolvimento da iniciativa privada;
- O crescimento das exportações de bens em 29%.

Dados Recolhidos Pelo G20

O G20 no seu levantamento concentrou-se em três aspectos particulares: (i) acesso e posse da terra, (ii) orientação do investimento e (iii) rede dos serviços financeiros nas zonas rurais e entre as pequenas e médias empresas.

As actividades do Governo para o aumento da produção e da produtividade só terão efeito se houver garantia de acesso e posse da terra. A garantia de acesso à terra e a segurança de posse da terra são indispensáveis para a redução da pobreza, não só porque a grande maioria dos pobres depende do recurso terra, mas também porque é na terra (rural e urbana) e em actividades dela dependentes, que se concentram os investimentos produtivos, que têm efeitos multiplicadores na redução da pobreza.

Procurou-se saber se o inquirido tinha terra para cultivar e terra para habitação, a quem é que pertencia essa terra e qual a segurança de posse que o entrevistado tinha. Os resultados do inquérito indicam que:

- 75% dos cidadãos inquiridos têm terra para cultivar e cerca de 80% têm talhão para a habitação. À excepção da Cidade de Maputo, onde só 33% diz ter machamba e 63% para habitação, em todas as outras províncias o acesso à terra e ao talhão cobre igual número de famílias não se registando diferenças

- nas respostas por sexo, grupo etário, nível de escolarização e grupo profissional do respondente;
- Em mais de 80% dos casos a terra e o talhão são da própria família, tendo 53% declarado que a terra pertence a ambos os cônjuges, cerca de 20% que pertence só ao homem e por volta de 10% que pertence só à mulher. A resposta de que a terra pertence a ambos foi idêntica por sexo, por grupo etário, por nível de escolarização e por grupo profissional do inquirido;
 - Entre os cidadãos que têm terra há 26% que não têm segurança de posse. Destes cerca de 45% declararam que temem que o Estado lhes tire a terra ou o talhão. Os níveis de insegurança de posse da terra ou do talhão são maiores entre os que estão empregados, os jovens estudantes e os mais escolarizados;
 - Mais de 70% das instituições têm o espaço físico que ocupa registado em nome da empresa ou da organização. Destes cerca de 17% acham que podem ser expropriadas pelo Estado.

Perguntou-se quando houve poupança doméstica onde é que ela foi investida e quem tomou a decisão sobre a aplicação desse capital. Por seu turno, também se perguntou às instituições onde investiram os eventuais lucros ou benefícios que obtiveram. Os resultados do inquérito foram os seguintes:

- Somente 35% das famílias inquiridas declararam ter feito poupança. Destas, quase metade guarda o que foi poupado como prevenção para qualquer necessidade, um terço aplica-o em pequenos negócios e cerca de 5% na educação dos filhos;
- Para metade dos inquiridos a decisão sobre a aplicação da poupança é tomada em conjunto pelos cônjuges e num terço dos casos é só pelo homem. Os que habitam nas zonas rurais e os analfabetos são os que mais optam por tomar decisões em conjunto no seio da família e os urbanizados, em particular os casais da Cidade de Maputo, são os que menos tomam essa decisão em conjunto;
- Não se verificou diferença entre inquiridos, homens e mulheres, no referente ao fazer ou não poupança, todavia o mesmo não se passa em relação a outras variáveis. São os empregados, os que têm mais escolarização e os urbanos que mais declararam fazer poupança e mais investirem na educação dos filhos;
- Somente 51% das pequenas e médias empresas declararam ter tido lucros que foram aplicados em 38% dos casos em equipamento e 17% em imóveis, os restantes ou foram depositados no banco ou foram investidos de várias formas.

Constitui objectivo estratégico do PARPA a expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas, procurou-se assim saber se o cidadão ou a empresa teve necessidade de pedir crédito e quem foi o credor.

- Somente 24% das unidades familiares pediu crédito nos últimos doze meses;
- Em mais de 50% dos casos o principal credor foi a família ou os amigos, em 16% foi do sistema informal e a banca comercial cobriu 13% dos pedidos. O micro-crédito das ONGs cobriu quase 10% dos entrevistados;
- Quem menos pediu crédito foram os camponeses analfabetos, quem mais beneficiou do sistema informal foram os que têm a escola primária e da banca comercial, os que têm níveis mais altos de escolarização;
- Entre as pequenas e médias empresas, pouco mais de 30% pediram crédito, tendo o sistema informal coberto mais de metade dos pedidos, a banca comercial 35% e projectos vários os restantes 35%.

A insegurança de posse da terra, e ainda por cima em relação às autoridades administrativas, é inadmissível no quadro legal existente em Moçambique. A Constituição da República reconhece os direitos à terra, por ocupação, e os direitos adquiridos por titulação. A Lei de Terras estipula que o Estado reconhece a prova testemunhal de ocupação de boa fé por mais de dez anos, e dá garantias de pleno uso e aproveitamento da terra pelos titulares de direitos. Não se compreende que haja uma percentagem tão elevada de cidadãos e de empresas e demais instituições que temem que o Estado lhes possa *arrancar* a terra. Esta situação é tanto

mais grave quando, os que têm maior insegurança de posse da terra são, os mais escolarizados, ou seja os que maior potencialidade têm de nela vir a investir.

A prevenção, como estratégia para minimizar os riscos, o investimento na educação dos filhos e a tomada de decisão sobre a aplicação do capital por ambos os membros do casal, são as principais características do comportamento actual em relação à poupança e investimento da economia doméstica. A inexistência de investimento na transformação tecnológica, muito embora se tenha dito que é necessário aumentar a produtividade e o Governo envidar esforços nesse sentido, não deixa de ser motivo de preocupação.

No referente à extensão dos serviços de crédito às zonas rurais e às pequenas e médias empresas é de destacar o facto de que apesar do Balanço do PES mencionar a cobertura dos vários serviços de micro-crédito a mais de 50.000 unidades produtivas, estes serviços não cobrem nem sequer 10% dos entrevistados. Por outro lado constata-se, como acontece em muitos outros países africanos, a forte presença do sistema informal ou paralelo ao sistema financeiro formal, o que sugere a necessidade urgente de se encontrarem formas de articulação entre o sistema financeiro formal, o sistema de micro-crédito e captação da poupança, e o sistema informal ou paralelo.

Nos seminários provinciais e no seminário nacional foi abordada a questão da falta de transparência na adjudicação e na gestão da terra e das florestas pelo Estado. Todas as instituições reclamaram ter o direito de acesso à informação sobre a alocação da terra e o direito de participação na gestão dos recursos naturais ao nível local, tendo para o efeito sido mencionado o Modelo de Gestão e Alocação da Terra produzido pela faculdade de Agronomia da UEM em conjunto com o Cruzeiro do Sul. O sector privado reclamou a necessidade de ser mais célere o processo de registo da terra e haver maior abertura para a transmissão de direitos sobre a terra entre investidores.

Foi, igualmente, abordada a questão do emprego. O facto de desde o lançamento do PARPA se terem perdido mais 11.000 postos de trabalho não deixou de ser motivo de preocupação. A principal conclusão é que a promoção do emprego depende da melhoria do ambiente de negócios com vista a se estimular o aumento da produção e do seu rendimento. A empresa nacional surgiu como o ponto fulcral para o aumento dos postos de trabalho tendo-se pedido (i) valorização para o produto nacional, (ii) a desburocratização dos procedimentos de registo e de funcionamento e (iii) a rápida reabilitação e periódica manutenção das estradas.

Tanto os sindicatos, OTM - CS e CONSILMO, como o sector empresarial, CTA - Confederação das Associações Económicas, são unânimes em afirmar que as taxas de crescimento económico e a diminuição do índice de incidência da pobreza apresentados pelo Governo no Balanço do Plano Económico e Social 2003 e no Inquérito aos Agregados Familiares, não reflecte o desempenho empresarial nacional, nem a diminuição dos postos de trabalho e do poder de compra dos trabalhadores assalariados. Ambos, empresários e trabalhadores, reclamam a necessidade de, urgentemente, haver um enfoque das políticas governamentais no sector empresarial nacional, em particular, nas pequenas e médias empresas cujas actividades tenham efeitos multiplicadores na diminuição da pobreza.

Foi dito por várias vezes, em todos os seminários provinciais e no seminário nacional que o Estado deveria ter um papel activo, ao lado do sector privado e dos projectos, no investimento em infra-estruturas de armazenagem, na cobertura dos riscos e das taxas de juro para novos empreendimentos que tenham efeitos na diminuição da pobreza. De acordo com os participantes aos vários seminários, este tipo de investimentos e de riscos não podem ser assumidos, na sua totalidade, pelas empresas e pelas unidades produtivas dos camponeses.

Um último aspecto referente a este ponto foi o da dívida interna e sua gestão. A imprensa tem vindo a divulgar números, leituras e interpretações diversas sobre vários aspectos da dívida interna. Perante isto os participantes aos seminários pediram para o Estado esclarecer sobre qual o montante, qual a evolução, quais as razões e quais as medidas que estão sendo tomadas no domínio da dívida interna.

5.4. POBREZA POLITICA

A Agenda 2025 define a Governação como sendo a acção política que visa alcançar os melhores resultados, tendo em conta os meios disponíveis, humanos e materiais, para a realização dos fins do Estado, nomeadamente a justiça, a segurança e o bem estar material e espiritual de toda a população do País, respeitando a sua História, os seus valores culturais e tradicionais e a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão. Neste contexto, definiu-se como pobreza política a derivada de situações de natureza política.

A manutenção da paz e da estabilidade sócio-política foi apontada, pelo PARPA, como pressuposto básico e serviu de elemento decisivo no desenho do primeiro cenário da Agenda 2025. Quanto maior for a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, maior é a possibilidade de se manter a estabilidade sócio-política e, como tal, de se perpetuar a paz em Moçambique.

O PARPA tem a boa governação, enquanto alta qualidade das instituições do Estado na provisão de serviços públicos para os pobres, como fundamental para o sucesso da estratégia de redução da pobreza. Dá particular ênfase à descentralização e desconcentração, à reforma da administração pública e à redução e contenção da corrupção a todos os níveis.

O que foi Feito Pelo Governo

O Balanço do PES destaca:

- A elaboração e aprovação da legislação dos Órgãos Locais do Estado e a elaboração em curso da sua regulamentação;
- A expansão do planeamento distrital participativo a 21 distritos;
- A extensão das unidades anti-corrupção às províncias e a preparação de um plano de acção.

Dados Recolhidos Pelo G20

O G20 no seu levantamento junto do cidadão e das instituições concentrou-se em duas questões essenciais:

- Na participação em encontros para a resolução dos problemas ao nível local, como indicador da efectividade da descentralização;
- Na recolha da opinião do cidadão e das instituições sobre se pode voltar a haver guerra em Moçambique. Procurava-se saber se o espectro da guerra continuava ou não presente.

Sobre a participação em encontros para resolver problemas locais verificou-se que:

- Cerca de 35% dos cidadãos entrevistados estiveram envolvidos na resolução dos problemas locais;
- O Estado só teve a iniciativa da convocação da reunião para cerca de um terço dos encontros. Na maioria dos casos a iniciativa pertence às organizações da sociedade civil. Por volta de metade das reuniões foi para resolver problemas do interesse do cidadão, seguidos de problemas de ordem social e por último de natureza económica.

Sobre o espectro da guerra as respostas foram as seguintes:

- Menos de 10% dos cidadãos e das instituições disseram que acham que pode tornar a haver guerra em Moçambique, 30% dos cidadãos e de 20% das instituições disseram que talvez possa haver guerra e os restantes 63% dos cidadãos e 73% das instituições declararam que não vai haver guerra;
- Nas províncias de Sofala e Maputo e na cidade Capital foi onde se registou o maior receio do retorno da guerra e Tete e Zambézia referiram-se à possibilidade de que tal viesse a acontecer;

- Os velhos são os que têm mais certeza que a guerra não volta e os jovens e os analfabetos os que têm mais dúvidas. Não se registaram diferenças entre o meio rural e o meio urbano nem entre os homens e as mulheres que responderam ao inquérito.

Os dados mostram que os esforços de descentralização devem ser acompanhados pelo fluxo no sentido inverso, que se reflecte na participação e no “empowerment” ao nível local. Nesse sentido os seminários provinciais mencionaram o facto de, muitas vezes, os esforços de consulta desencadeados pelo Governo não serem mais do que encontros para informação do que já foi resolvido e onde as sugestões dos consultados não são tomadas em consideração. De acordo com os participantes aos seminários há uma diferença conceptual com implicações institucionais entre, como é que o estado se articula com o cidadão (por exemplo através da consulta) e como é que o cidadão se articula com o Estado (por exemplo as antigas Assembleias do Povo).

Foram mencionadas várias iniciativas em curso que vão na direcção Cidadão - Estado, como por exemplo, os comités locais e as comissões de desenvolvimento local que foram criadas em Tete, Nampula, Manica, Sofala e Maputo e os comités para a gestão participativa dos recursos naturais criados em Maputo, Gaza, Manica e Zambézia. Esta participação do cidadão nos processos de tomada de decisão sobre a coisa pública e sobre os problemas que o afectam directamente e às gerações vindouras, no entanto, deve ser permanente e consciente. A delegação do poder através do voto nos partidos políticos, a chamada democracia representativa, é tão somente, uma das formas de participação que, de acordo com a Agenda 2025 pode e deve ser complementada pela institucionalização da participação através da adopção de mecanismos de democracia participativa.

Nos seminários provinciais foram igualmente abordadas as questões da burocracia e da corrupção. Foi comum, a todos eles, pedirem-se medidas urgentes e concretas para o combate à corrupção e para a diminuição da burocracia.

CAPÍTULO 6



Propostas do G20 para o 2º Painel do OP

Com base nos dados recolhidos e nos debates nos seminários provinciais, o G20 preparou um conjunto de sete propostas para o 2º Painel do Observatório da Pobreza e pede a sua adopção pelo Governo. Estas propostas foram analisadas no seminário nacional da Sociedade Civil para a Preparação da sua Participação no Observatório da Pobreza que teve lugar no dia 3 de Maio de 2004 na Cidade de Maputo e tiveram em consideração o que consta da Agenda 2025.

Definição de Pobreza

1. Que a definição oficial da pobreza em Moçambique passe a incorporar mais alguns dos elementos da percepção que os Moçambicanos têm da pobreza. Assim, sugere-se que passasse a ser, por exemplo, *a impossibilidade das famílias, das associações e das empresas terem acesso às condições que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas e perspectivar o seu crescimento e desenvolvimento no mais breve período de tempo possível.*

Estratégia

2. Que, na sequência do aprofundamento da democracia participativa advogada pela Agenda 2025, seja dinamizada a criação de Conselhos de Consulta aos mais diversos níveis dos órgãos locais do Estado, com prioridade para os níveis provincial e distrital (rural e urbano) cuja composição conte com representantes dos grupos de interesse que compõem o G20 e dos partidos políticos, entre outros que, eventualmente, venham a ser identificados.
3. Que estes Conselhos de Consulta tenham entre os seus objectivos a mobilização para a participação na análise sistemática da situação da pobreza e identificação de acções concretas que possam contribuir para o combate às causas da pobreza no seu respectivo nível. Entre outras funções, os Conselhos poderão: (i) monitorar a implementação do PARPA, (ii) participar na definição das opções e prioridades do Orçamento do Estado ao nível local, acompanhar a sua execução e é ouvido na prestação de contas, (iii) participar na definição de programas concretos de combate à corrupção, (iv) participar na gestão e alocação da terra de forma a se aumentar a eficiência alocativa e de uso da terra, se monitorizarem as transacções de direitos entre as unidades produtivas e a aumentarem os investimentos produtivos na terra.
4. Para ser sustentável a luta contra as causas da pobreza deve ter como foco a manutenção e a geração de emprego e de auto-emprego, através do fomento do sector empresarial nacional, com destaque nas pequenas e médias empresas e nas associações e cooperativas. Para o efeito, e tal como consta na Agenda 2025, deverá ser criado um pacote de incentivos às empresas (incluindo as cooperativas e associações similares) cujas actividades têm efeitos directos sobre os pobres. A identificação do tipo de incentivos e dos critérios para a sua aplicabilidade deve ser objecto de análise conjunta pelo Governo e as associações dos sectores empresarial e cooperativo.

Reformas do Estado

5. Que, no âmbito das reformas do Estado em curso, seja identificado o contributo concreto que a Sociedade Civil pode dar: (i) para a desburocratização dos serviços relacionados com o sector produtivo; (ii) no combate à corrupção nas redes dos serviços de saúde, educação, entre as forças policiais e nos sectores que lidam com a alocação de direitos sobre a terra; (iii) na identificação de formas operacionais de articulação entre os sistemas jurídico e judiciais “informal” e “formal”.

Sócio-económicas

6. Que no próximo ano se dinamizem as actividades de investigação que permitam identificar: (i) vias concretas e factíveis para o aumento da produtividade e rendibilidade das machambas familiares; (ii) formas para promover a autoconstrução de poços melhorados; (iii) programas de alfabetização e de escolarização básica alternativa para as crianças que não têm a possibilidade de frequentar a escola primária; (iv) formas de prevenir e minimizar os impactos do HIV/SIDA e outras pandemias.
7. Que, no seguimento do que consta na Agenda 2025, seja criada uma instituição financeira para o desenvolvimento que tenha por objectivo principal a promoção de mecanismos financeiros que operacionalizem acções viáveis de cidadãos, de produtores nacionais e de entidades da sociedade civil que tenham efeitos multiplicadores na redução da pobreza. Esta instituição financeira deverá ter um papel catalizador na captação da poupança e no crédito rural. O seu capital social deverá contar com a participação de organizações da sociedade civil, do sector privado, do Estado, dos parceiros internacionais e de fundações internacionais com fins filantrópicos.

CAPÍTULO 7



Resultados do 2º Painel do OP

O encontro do 2º Painel do Observatório da Pobreza teve lugar no dia 18 de Maio de 2004 e contou com a presença de S. Ex.^a o Presidente da República, da Primeira Ministra de Moçambique acompanhada por vários membros do Governo, de representantes da Comunidade Internacional e da Sociedade Civil representada pelo G20.

O Relatório Anual da Pobreza 2004, preparado pelo G20, foi muito bem recebido por todos os presentes ao 2º Painel. Sua Excelência o Presidente da República fez uma menção especial no seu discurso de abertura à importância do RAP 2004. A Excelentíssima Senhora Primeira-Ministra saudou em nome do Governo de Moçambique a qualidade do RAP 2004, e juntamente com os representantes da Comunidade Internacional, nomeadamente as Nações Unidas e o Grupo dos 15 doadores, consideraram a preparação e a apresentação do Relatório Anual da Pobreza, tanto no conteúdo como nas modalidades de envolvimento da Sociedade Civil, como um enorme progresso em relação ao 1º Painel em 2003.

Após o debate das propostas do G20 concluiu-se o seguinte:

- Em relação à definição da pobreza, Proposta 1, nos encontros temáticos foi decidido que o Governo iria organizar um seminário técnico que teria por objectivo passar em revista as metodologias de recolha de dados, os indicadores e os critérios de análise da informação recolhida. Este seminário contará com a participação da Sociedade Civil e será o momento para a elaboração de uma nova definição oficial da pobreza em Moçambique.
- Em matéria de estratégia as Propostas 2 e 3, referentes aos Conselhos de Consulta, foram aceites, tanto pelo Governo como pelos representantes da Comunidade Internacional. O Ministro de Administração Estatal informou o painel sobre as actividades em curso com vista à regulamentação da Lei dos Órgãos Locais no sentido das propostas feitas e convidou a Sociedade Civil a participar nesse processo em datas e eventos a estabelecer.
- Ainda no domínio da estratégia, a Comunidade Internacional apoiou a parte referente às pequenas e médias empresas que consta na Proposta 4, não se tendo, todavia, pronunciado sobre o estabelecimento de um pacote de incentivos às actividades empresariais que têm efeitos directos sobre os pobres. O Governo considerou que o conteúdo da Proposta 4 era matéria de estratégia e, como tal, deveria ser analisado aquando da formulação do PARPA 2 no próximo ano.
- No âmbito das reformas do Estado, Proposta 5, o Governo aceitou o repto lançado pela Sociedade Civil e disse estar disposto a trabalhar em conjunto com vista a se identificarem os contributos concretos que esta pode dar no âmbito das reformas do Estado. A Comunidade Internacional saudou e apoiou a iniciativa sugerida por esta proposta.
- No referente às propostas de índole socio-económica o Governo, através da Ministra para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, aceitou na integra a Proposta 6 e informou o Painel da existência de um fundo orientado para a investigação sobre a pobreza, cujo o acesso é aberto a qualquer cidadão ou instituição numa base competitiva, e que conta com a participação de representantes da Sociedade Civil na selecção das candidaturas. A Comunidade Internacional apoiou a proposta nas suas diversas componentes.
- Quanto à segunda proposta socio-económica, a Proposta 7, a Comunidade Internacional não se pronunciou e o Governo considerou ser matéria para o de estratégia devendo, portanto, ser analisada aquando da formulação do PARPA 2.

Referências:

Agenda 2025. 2003. Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação; mimeo; Maputo.

Diogo, Luísa. 2000. *Experiência e Desafios de Boa Governação em Moçambique*, in: MPF. 2002. A Economia Moçambicana Contemporânea; Imprensa Universitária; Maputo; pp. 5-14.

Fórum Mulher. 2003. Abordagem para a Análise de Género do Programa de Acção para a redução da Pobreza Absoluta - PARPA; Elográfico, Maputo.

GoM, Governo da Republica de Moçambique. 2001. Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (versão final aprovada pelo Conselho de Ministros, Abril de 2001); mimeo; Maputo.

GoM. 2004. Balanço do Plano Económico e Social de 2003; mimeo; Maputo.

MPF, Ministério de Plano e Finanças. 2004. Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional - IAF; mimeo; Maputo.

Este relatório foi patrocinado pelas organizações do G20 e pela OSISA - Open Society for Southern Africa, a sua versão digitalizada bem como as tabelas de dados podem ser consultados na página da Internet www.iid.org.mz.

1. Descrição e características da amostra

1.1. Cidadão: distribuição da amostra por província

Província	n	%
Niassa	838	12.4
Cabo Delgado	710	10.5
Nampula	1953	28.9
Zambezia	556	8.2
Tete	183	2.7
Manica	347	5.1
Sofala	224	3.3
Inhambane	93	1.4
Gaza	696	10.3
Maputo	597	8.8
Cidade de Maputo	550	8.2
Total	67	47

1.2. Ambiente (rural / urbano)

Província	Ambiente				Total	
	Urbano		Rural			
Niassa	118	14.1%	720	85.9%	838	100.0%
Cabo Delgado	164	23.1%	546	76.9%	710	100.0%
Nampula	484	24.8%	1469	75.2%	1953	100.0%
Zambézia	197	35.4%	359	64.6%	556	100.0%
Tete	59	32.2%	124	67.8%	183	100.0%
Manica	74	21.3%	273	78.7%	347	100.0%
Sofala	51	22.8%	173	77.2%	224	100.0%
Inhambane	43	46.2%	50	53.8%	93	100.0%
Gaza	8	1.1%	688	98.9%	696	100.0%
Maputo	77	12.9%	520	87.1%	597	100.0%
Cidade de Maputo	550	100.0%	550	100.0%		
Total	1825	27.0%	4922	73.0%	6747	100.0%

1.3. Género

Província	Género						Total	
			Masculino		Feminino			
Niassa	n	%	483	61.7	300	38.3	783	100
Cabo Delgado	n	%	469	70.5	196	29.5	665	100
Nampula	n	%	1055	54.4	884	45.6	1939	100
Zambezia	n	%	314	58.5	223	41.5	537	100
Tete	n	%	97	54.2	82	45.8	179	100
Manica	n	%	167	49.6	170	50.4	337	100
Sofala	n	%	106	48.0	115	52.0	221	100
Inhambane	n	%	52	57.1	39	42.9	91	100
Gaza	n	%	330	48.2	355	51.8	685	100
Maputo	n	%	300	51.4	284	48.6	584	100
Cidade de Maputo	n	%	284	52.9	253	47.1	537	100
Total	n	%	3657	55.8	2901	44.2	6558	100

1.4. Grupos de idade dos respondentes

Província	Grupos de idade								Total	
			até 25 anos		26 a 50 anos		mais de 50 anos			
Niassa	n	%	176	23.9	501	68.0	60	8.1	737	100.0
Cabo Delgado	n	%	106	16.1	489	74.1	65	9.8	660	100.0
Nampula	n	%	366	19.4	1214	64.5	302	16.0	1882	100.0
Zambezia	n	%	125	24.6	301	59.3	82	16.1	508	100.0
Tete	n	%	14	8.8	128	80.5	17	10.7	159	100.0
Manica	n	%	55	18.2	194	64.0	54	17.8	303	100.0
Sofala	n	%	31	14.3	133	61.3	53	24.4	217	100.0
Inhambane	n	%	6	7.4	56	69.1	19	23.5	81	100.0
Gaza	n	%	86	13.8	370	59.4	167	26.8	623	100.0
Maputo	n	%	152	28.7	313	59.1	65	12.3	530	100.0
Cidade de Maputo	n	%	150	28.5	341	64.7	36	6.8	527	100.0
Total	n	%	1267	20.3	4040	64.9	920	14.8	6227	100.0

1.5. Grupos profissionais

Província			Grupos Profissionais								Total			
			Camponeses		Estudantes		Auto-emprego		Empregados				Outros	
Niassa	n	%	412	53.9	105	13.7	118	15.4	101	13.2	28	3.7	764	100
Cabo Delgado	n	%	306	50.2	49	8.0	96	15.8	136	22.3	22	3.6	609	100
Nampula	n	%	889	49.8	70	3.9	502	28.1	239	13.4	84	4.7	1784	100
Zambezia	n	%	230	45.8	78	15.5	66	13.1	83	16.5	45	9.0	502	100
Tete	n	%	145	83.8	0	0.0	10	5.8	17	9.8	1	0.6	173	100
Manica	n	%	257	76.7	16	4.8	39	11.6	22	6.6	1	0.3	335	100
Sofala	n	%	110	52.9	3	1.4	76	36.5	6	2.9	13	6.3	208	100
Inhambane	n	%	47	57.3	0	0.0	6	7.3	28	34.1	1	1.2	82	100
Gaza	n	%	335	54.7	2	0.3	187	30.6	58	9.5	30	4.9	612	100
Maputo	n	%	104	20.0	66	12.7	173	33.3	147	28.3	29	5.6	519	100
Cidade de Maputo	n	%	3	0.6	52	10.2	230	45.2	191	37.5	33	6.5	509	100
Total	n	%	2838	46.5	441	7.2	1503	24.7	1028	16.9	287	4.7	6097	100

1.6. Religião

Província			Religião						Total			
			Cristã		Islâmica		Outra				Sem religião	
Niassa	n	%	368	45.4	389	48.0	53	7	0	0.0	810	100
Cabo Delgado	n	%	269	41.1	366	56.0	18	3	1	0.2	654	100
Nampula	n	%	893	47.8	796	42.6	141	8	39	2.1	1869	100
Zambezia	n	%	304	57.5	159	30.1	64	12	2	0.4	529	100
Tete	n	%	47	40.5	1	0.9	68	59	0	0.0	116	100
Manica	n	%	56	28.7	1	0.5	133	68	5	2.6	195	100
Sofala	n	%	77	43.8	0	0.0	99	56	0	0.0	176	100
Inhambane	n	%	31	38.3	3	3.7	47	58	0	0.0	81	100
Gaza	n	%	156	29.1	4	0.7	351	65	26	4.8	537	100
Maputo	n	%	311	58.8	75	14.2	140	26	3	0.6	529	100
Cidade de Maputo	n	%	314	67.0	37	7.9	109	23	9	1.9	469	100
Total	n	%	2826	47.4	1831	30.7	1223	21	85	1.4	5965	100

1.7. Nível de ensino

Província			Nível de ensino				Total			
			Analfabetos		Escolarização Primária				Outras	
Niassa	n	%	5	1.1	315	66.5	154	32.5	474	100
Cabo Delgado	n	%	3	0.6	348	64.4	189	35.0	540	100
Nampula	n	%	67	4.8	1128	81.0	197	14.2	1392	100
Zambezia	n	%	2	0.6	237	66.2	119	33.2	358	100
Tete	n	%	0	0.0	76	83.5	15	16.5	91	100
Manica	n	%	2	0.9	176	80.0	42	19.1	220	100
Sofala	n	%	5	3.5	124	86.1	15	10.4	144	100
Inhambane	n	%	0	0.0	29	64.4	16	35.6	45	100
Gaza	n	%	12	3.1	333	86.0	42	10.9	387	100
Maputo	n	%	6	1.3	234	52.0	210	46.7	450	100
Cidade de Maputo	n	%	0	0.0	177	38.8	279	61.2	456	100
Total	n	%	102	2.2	3177	69.7	1278	28.0	4557	100

1.8. Instituições: distribuição da amostra por província

Província	n	%
Niassa	188	20.5
Cabo Delgado	51	5.6
Nampula	321	35.0
Zambezia	100	10.9
Tete	6	0.7
Sofala	10	1.1
Inhambane	5	0.5
Gaza	68	7.4
Maputo	86	9.4
Cidade de Maputo	82	8.9
Total	917	100

1.9. Instituições: tipo de instituição

Tipo de Instituição	n	%	% válida
Empresa	198	21.6	22.1
Associação/ONG	135	14.7	15.1
Igreja	257	28.0	28.7
Mesquita	134	14.6	15.0
Sindicato	67	7.3	7.5
Outro	104	11.3	11.6
Sub-Total	895	97.6	100
S/Informação	22	2.4	
Total	917	100	

2. Participação na monitoria e avaliação da pobreza

2.1. Cidadão: Participação em reuniões sobre a pobreza

Participou em reuniões sobre a pobreza?

	n	%	% válida
Sim	1769	26.2	27.2
Não	4746	70.3	72.8
Sub-Total	6515	96.6	100
S/Resposta	232	3.4	
Total	6747	100.0	

2.2. Cidadão: nº de reuniões em que participou

Em quantas reuniões participou?	n	%	% válida
1 reunião	515	29.1	34.1
2 reuniões	460	26.0	30.5
3 reuniões	322	18.2	21.3
4 e mais reuniões	212	12.0	14.0
Sub-Total	1509	85.3	100
S/Resposta	260	14.7	
Total	1769	100.0	

2.3. Instituições: Participação em reuniões sobre a pobreza?

Participou em reuniões sobre a pobreza?

	n	%	% válida
Sim	407	44.4	46.0
Não	478	52.1	54.0
Sub-Total	885	96.5	100
S/Resposta	32	3.5	
Total	917	100	

2.4. Participação em reuniões sobre a pobreza por tipo de instituição

Participou em reuniões sobre a pobreza?		Sim		Não		Total	
Empresa		56	29.0	137	71.0	193	100
Associação/ONG	n %	73	56.6	56	43.4	129	100
Igreja	n %	134	54.7	111	45.3	245	100
Mesquita	n %	57	42.9	76	57.1	133	100
Sindicato	n %	43	68.3	20	31.7	63	100
Outro	n %	31	30.7	70	69.3	101	100
Total	n %	394	45.6	470	54.4	864	100

2.5. Cidadão: Iniciativa de organização de reuniões sobre a pobreza

Iniciativa	n	%	% válida
Autoridades do Estado	651	9.6	44.4
Autoridades Tradicionais	118	1.7	8.1
Autoridades Religiosas	91	1.3	6.2
"Sociedade Civil"	426	6.3	29.1
Outras	138	2.0	9.4
Partidos Politicos	41	0.6	2.8
Sub-Total	1465	21.7	100
S/Resposta	5282	78.3	
Total	6747	100	

2.6. Instituições: Iniciativa de organização de reuniões sobre a pobreza

Iniciativa da reunião sobre pobreza			Empresa		Associação /ONG		Tipo de instituição				Outra		Total			
	n	%					Igreja	Mesquita	Sindicato							
Estado	n	%	19.0	43.2	13.0	22.0	17	14.7	16	31.4	1	2.5	18	66.7	84	24.9
ONGs/Projectos Locais	n	%	22	50.0	34	57.6	45	38.8	22	43.1	33	82.5	4	14.8	160	47.5
Autoridades Religiosas	n	%	0	0.0	1	1.7	22	19.0	3	5.9	1	2.5	0	0.0	27	8.0
Aut. Tradicionais/Comunitarias	n	%	0	0.0	0	0.0	4	3.4	3	5.9	1	2.5	0	0.0	8	2.4
Associação	n	%	1	2.3	2	3.4	0	0.0	2	3.9	3	7.5	2	7.4	10	3.0
Sociedade Civil	n	%	0	0.0	9	15.3	27	23.3	5	9.8	0	0.0	2	7.4	43	12.8
Patronato da Instituição	n	%	2	4.5	0	0.0	0	0.0	0	0.0	1	2.5	0	0.0	3	0.9
Outros	n	%	0	0.0	0	0.0	1	0.9	0	0.0	0	0.0	1	3.7	2	0.6
Total	n	%	44	100	59	100	116	100	51	100	40	100	27	100	337	100

3. Percepção de pobreza

3.1. Cidadão: Definição de pobreza

Definição de Pobreza	n	%	% válida
Indigência	3706	54.9	61.8
Pobreza Económica	1790	26.5	29.9
Pobreza Social	310	4.6	5.2
Pobreza Política	190	2.8	3.2
Sub-Total	5996	88.9	100
S/Resposta	751	11.1	
Total	6747	100	

3.2. Instituições: Definição de pobreza

Definição de pobreza	n	%	% válida
Indigência	361	39.4	50.1
Pobreza Económica	270	29.4	37.4
Pobreza Social	16	1.7	2.2
Pobreza Política	74	8.1	10.3
Sub-Total	721	78.6	100
S/Resposta	196	21.4	
Total	917	100	

3.3. Definição de pobreza por tipo de instituição

Instituição			Definição de pobreza							Total		
	n	%	Indigência	Pobreza Económica		Pobreza Social		Pobreza Política				
Empresa	n	%	99	53.5	68	36.8	4	2.2	14	7.6	185	100
Associação/ONG	n	%	52	49.1	41	38.7	0	0.0	13	12.3	106	100
Igreja	n	%	92	47.9	71	37.0	7	3.6	22	11.5	192	100
Mesquita	n	%	51	54.8	32	34.4	0	0.0	10	10.8	93	100
Sindicato	n	%	31	59.6	14	26.9	2	3.8	5	9.6	52	100
Outro	n	%	32	40.5	35	44.3	3	3.8	9	11.4	79	100
Total	n	%	357	50.5	261	36.9	16	2.3	73	10.3	707	100

3.4. Cidadão: Percepção da pobreza por Província

Província			Definição de pobreza						Total	
	n	%	Indigência	Pobreza Económica		Pobreza Social		Pobreza Política		
Niassa	402	50.1%	311	38.7%	77	9.6%	13	1.6%	803	100.0%
Cabo Delgado	487	76.1%	130	20.3%	20	3.1%	3	.5%	640	100.0%
Nampula	950	54.5%	596	34.2%	152	8.7%	44	2.5%	1742	100.0%
Zambezia	319	64.1%	163	32.7%	13	2.6%	3	.6%	498	100.0%
Tete	81	46.6%	86	49.4%	7	4.0%	0	.0%	174	100.0%
Manica	221	81.3%	37	13.6%	10	3.7%	4	1.5%	272	100.0%
Sofala	129	65.8%	61	31.1%	2	1.0%	4	2.0%	196	100.0%
Inhambane	31	44.9%	24	34.8%	2	2.9%	12	17.4%	69	100.0%
Gaza	357	57.1%	227	36.3%	5	.8%	36	5.8%	625	100.0%
Maputo	382	73.7%	75	14.5%	11	2.1%	50	9.7%	518	100.0%
Cidade de Maputo	347	75.6%	80	17.4%	11	2.4%	21	4.6%	459	100.0%
Total	3706	61.8%	1790	29.9%	310	5.2%	190	3.2%	5996	100.0%

3.5. Cidadão: Percepção da pobreza em função do "ambiente" rural/urbano

Definição de Pobreza	Ambiente				Total	
	Urbano		Rural			
Indigência	1108	68.5%	2598	59.3%	3706	61.8%
Pobreza Económica	359	22.2%	1431	32.7%	1790	29.9%
Pobreza Social	107	6.6%	203	4.6%	310	5.2%
Pobreza Política	43	2.7%	147	3.4%	190	3.2%
Total	1617	100.0%	4379	100.0%	5996	100.0%

3.6. Cidadão: Percepção da pobreza em função do género do respondente

Definição de Pobreza	Grupos etários						Total	
	até 25 anos		26 a 50 anos		mais de 50 anos			
Indigência	750	66.4%	2229	62.0%	440	54.1%	3419	61.7%
Pobreza Económica	297	26.3%	1084	30.1%	283	34.8%	1664	30.0%
Pobreza Social	48	4.3%	182	5.1%	53	6.5%	283	5.1%
Pobreza Política	34	3.0%	101	2.8%	37	4.6%	172	3.1%
Total	1129	100.0%	3596	100.0%	813	100.0%	5538	100.0%

3.7. Cidadão: Percepção de pobreza em função da idade

Definição de Pobreza	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
Indigência	1998	60.9%	1604	62.9%	3602	61.8%
Pobreza Económica	1029	31.4%	710	27.9%	1739	29.8%
Pobreza Social	178	5.4%	125	4.9%	303	5.2%
Pobreza Política	77	2.3%	110	4.3%	187	3.2%
Total	3282	100.0%	2549	100.0%	5831	100.0%

3.8. Cidadão: Definição de pobreza em função da religião

Definição de Pobreza	Religião								Total	
	Cristã		Islâmica		Outra		Sem religião			
Indigência	1560	62.0%	990	59.7%	637	59.1%	38	50.7%	3225	60.5%
Pobreza Económica	748	29.7%	498	30.0%	349	32.4%	35	46.7%	1630	30.6%
Pobreza Social	125	5.0%	133	8.0%	41	3.8%	1	1.3%	300	5.6%
Pobreza Política	85	3.4%	37	2.2%	51	4.7%	1	1.3%	174	3.3%
Total	2518	100.0%	1658	100.0%	1078	100.0%	75	100.0%	5329	100.0%

4. Dimensões da Pobreza

4.1. Pobreza Humana

4.1.1 Suficiência alimentar dos agregados familiares

Nos últimos 12 meses a comida foi suficiente para as necessidades da família?

	n	%	% válida
Sim, foi Suficiente	2688	39.8	44.9
Não, foi Insuficiente	3298	48.9	55.1
Sub-Total	5986	88.7	100.0
S/Resposta	761	11.3	
Total	6747	100.0	

4.1.2. Abastecimento de água para os agregados familiares

Nos últimos 12 meses a água foi suficiente para as necessidades da família?

	n	%	% válida
Sim, foi Suficiente	2688	39.8	44.9
Não, foi Insuficiente	3298	48.9	55.1
Sub-Total	5986	88.7	100.0
S/Resposta	761	11.3	
Total	6747	100.0	

4.1.3 Doenças prolongadas (mais de 3 meses) nos agregados familiares

Nos últimos 12 meses houve membros do AF doentes por mais de 3 meses?	n	%	% válida
Sim	2946	43.7	45.1
Não	3589	53.2	54.9
Sub-Total	6535	96.9	100.0
S/Resposta	212	3.1	
Total	6747	100.0	

4.1.4 Recorrência do cidadão em caso de doença

A quem recorre em 1ª instância quando há uma doença na família?	n	%	% válida
Posto de Saúde	5589	82.8	89.3
Médico tradicional	672	10.0	10.7
Sub-Total	6261	92.8	100.0
S/Resposta	486	7.2	
Total	6747	100.0	

4.1.5. Dinheiro para comprar remédios

Tem dinheiro para comprar os remédios necessários?	N	%	% válida
Sim	2373	42.5	44.5
Não	2957	52.9	55.5
Sub-Total	5330	95.4	100.0
S/Resposta	259	4.6	
Total	5589	100.0	

4.1.6 As crianças em idade escolar vão à escola?

As crianças em idade escolar vão à escola?	N	%	% válida
Sim (todas as crianças)	3693	54.7	60.1
Sim (apenas algumas crianças)	1641	24.3	26.7
Não	814	12.1	13.2
Sub-Total	6148	91.1	100.0
S/Resposta ou Não aplicável	599	8.9	
Total	6747	100.0	

4.1.7. Razões para não frequentar a escola - rapazes

Porque rapazes não vão à escola?	n	%	% válida
Falta de dinheiro	1180	17.5	77.0
Falta de interesse	107	1.6	7.0
Trabalho	122	1.8	8.0
Doença	20	.3	1.3
Não sabe/Outros	45	.7	2.9
Falta de vagas/ Professor/Escola	59	.9	3.8
Sub-Total	1533	22.7	100.0
S/Resposta ou Não aplicável	5214	77.3	
Total	6747	100.0	s

4.1.8 Razões para não frequentar a escola - raparigas

Porque meninas não vão à escola?	n	%	% válida
Falta de dinheiro	829	12.3	58.4
Casamento prematuro/ Gravidez precoce	378	5.6	26.6
Falta de interesse	65	1.0	4.6
Falta de incentivos	19	.3	1.3
Falta de vagas/ Professor/Escola	49	.7	3.5
Doença	12	.2	.8
Trabalho	68	1.0	4.8
Sub-Total	1420	21.0	100.0
S/Resposta ou Não aplicável	5327	79.0	
Total	6747	100.0	

4.2. Pobreza Social

4.2.1. Cidadão: Recorrência para a resolução de problemas

	n	%	% válida
Autoridades Tradicionais	1104	16.4	18.4
Autoridades Administrativas	559	8.3	9.3
Tribunais Comunitários	638	9.5	10.6
Família	3549	52.6	59.0
Outros	165	2.4	2.7
Sub-Total	6015	89.2	100.0
S/Resposta	732	10.8	
Total	6747	100.0	

4.2.2. Recorrência para a resolução de problemas por nível de ensino e “ambiente” rural/urbano

Nível de ensino	Recorrência para resolução de problemas	Ambiente				Total	
		Urbano		Rural			
Analfabetos	Autoridades Tradicionais	0	.0%	46	51.7%	46	47.4%
	Autoridades Administrativas	0	.0%	5	5.6%	5	5.2%
	Tribunais Comunitários	0	.0%	6	6.7%	6	6.2%
	Família	7	87.5%	31	34.8%	38	39.2%
	Outros	1	12.5%	1	1.1%	2	2.1%
	Sub-Total	8	100.0%	89	100.0%	97	100.0%
Escolarização Primária	Autoridades Tradicionais	73	11.0%	424	19.4%	497	17.4%
	Autoridades Administrativas	81	12.2%	202	9.2%	283	9.9%
	Tribunais Comunitários	86	12.9%	217	9.9%	303	10.6%
	Família	407	61.2%	1289	58.9%	1696	59.4%
	Outros	18	2.7%	56	2.6%	74	2.6%
	Sub-Total	665	100.0%	2188	100.0%	2853	100.0%
Outros	Autoridades Tradicionais	14	2.4%	48	8.3%	62	5.4%
	Autoridades Administrativas	53	9.2%	65	11.3%	118	10.3%
	Tribunais Comunitários	49	8.5%	57	9.9%	106	9.2%
	Família	428	74.6%	386	67.1%	814	70.8%
	Outros	30	5.2%	19	3.3%	49	4.3%
	Sub-Total	574	100.0%	575	100.0%	1149	100.0%

4.2.3. Recorrência para a resolução de problemas por grupos de idade e “ambiente” rural/urbano

Grupos etários	Recorrência para resolução de problemas	Ambiente				Total	
		Urbano		Rural			
até 25 anos	Autoridades Tradicionais	19	4.7%	114	15.9%	133	11.9%
	Autoridades Administrativas	42	10.4%	61	8.5%	103	9.2%
	Tribunais Comunitários	44	10.9%	75	10.5%	119	10.6%
	Família	281	69.7%	460	64.2%	741	66.2%
	Outros	17	4.2%	7	1.0%	24	2.1%
	Sub-Total	403	100.0%	717	100.0%	1120	100.0%
26 a 50 anos	Autoridades Tradicionais	77	8.2%	583	21.8%	660	18.3%
	Autoridades Administrativas	108	11.5%	228	8.5%	336	9.3%
	Tribunais Comunitários	105	11.2%	295	11.0%	400	11.1%
	Família	614	65.6%	1497	55.9%	2111	58.4%
	Outros	32	3.4%	73	2.7%	105	2.9%
	Sub-Total	936	100.0%	2676	100.0%	3612	100.0%
mais de 50 anos	Autoridades Tradicionais	15	9.6%	180	26.8%	195	23.5%
	Autoridades Administrativas	21	13.4%	60	8.9%	81	9.8%
	Tribunais Comunitários	8	5.1%	52	7.7%	60	7.2%
	Família	107	68.2%	368	54.8%	475	57.3%
	Outros	6	3.8%	12	1.8%	18	2.2%
	Sub-Total	157	100.0%	672	100.0%	829	100.0%

4.2.4. Instituições: Recorrência em conflitos de trabalho

Recorrência em conflitos de trabalho	Respondente												Total	
	Empresa		Assoc./ONG		Igreja		Mesquita		Sindicato		Outro			
Aut. Governamentais Locais	73	54.1%	21	23.3%	11	27.5%	7	28.0%	10	31.3%	43	59.7%	165	41.9%
Aut. Religiosas	1	.7%	2	2.2%	20	50.0%	11	44.0%	0	.0%	0	.0%	34	8.6%
Sindicatos	15	11.1%	27	30.0%	1	2.5%	0	.0%	8	25.0%	2	2.8%	53	13.5%
Aut. Tradicionais / Comunitarias	4	3.0%	10	11.1%	4	10.0%	0	.0%	0	.0%	6	8.3%	24	6.1%
Patronato da Instituicao	31	23.0%	20	22.2%	2	5.0%	1	4.0%	1	3.1%	10	13.9%	65	16.5%
Parceiros/Sociedade Civil/ONGs	0	.0%	3	3.3%	0	.0%	0	.0%	1	3.1%	1	1.4%	5	1.3%
Tribunais	8	5.9%	5	5.6%	1	2.5%	3	12.0%	12	37.5%	4	5.6%	33	8.4%
Outros	0	.0%	0	.0%	1	2.5%	3	12.0%	0	.0%	1	1.4%	5	1.3%
Nao sabe	3	2.2%	2	2.2%	0	.0%	0	.0%	0	.0%	5	6.9%	10	2.5%
Total	135	100.0%	90	100.0%	40	100.0%	25	100.0%	32	100.0%	72	100.0%	394	100.0%

4.2.5. Cidadão: Resolução para problemas de imoralidade, falta de ética e criminalidade

Quem deve resolver as questões da imoralidade, falta de ética e criminalidade

	N	%	% válida
Escolas	563	8.3	11.2
Confissões Religiosas	1153	17.1	22.9
Educação Familiar	1584	23.5	31.5
Autoridades	1547	22.9	30.7
Outras Formas	188	2.8	3.7
Sub-Total	5035	74.6	100.0
S/Resposta	1712	25.4	
Total	6747	100.0	

4.2.6. Instituições: Resolução para problemas de imoralidade, falta de ética e criminalidade

Quem deve resolver as questões da imoralidade, falta de ética e criminalidade	Respondente												Total	
	Empresa		Assoc./ONG		Igreja		Mesquita		Sindicato		Outro			
Escolas	32	21,8%	14	17,3%	22	13,8%	6	6,8%	4	8,3%	6	8,3%	84	14,1%
Confissões religiosas	30	20,4%	15	18,5%	67	41,9%	30	34,1%	7	14,6%	6	8,3%	155	26,0%
Educação Familiar	52	35,4%	23	28,4%	41	25,6%	30	34,1%	29	60,4%	23	31,9%	198	33,2%
Autoridades	29	19,7%	24	29,6%	22	13,8%	19	21,6%	5	10,4%	28	38,9%	127	21,3%
Outras formas	4	2,7%	5	6,2%	8	5,0%	3	3,4%	3	6,3%	9	12,5%	32	5,4%
Total	147	100.0%	81	100.0%	160	100.0%	88	100.0%	48	100.0%	72	100.0%	596	100.0%

4.3. Pobreza Económica

4.3.1. Cidadão: Acesso à terra

4.3.1.1. Tem terra para cultivar?

	n	%	% válida
Sim	4998	74,1	75,0
Não	1668	24,7	25,0
Sub-Total	6666	98,8	100,0
S/Resposta	81	1,2	
Total	6747	100,0	

4.3.1.2. Tem talhão para habitação?

	n	%	% válida
Sim	5217	77,3	79,9
Não	1311	19,4	20,1
Sub-Total	6528	96,8	100,0
S/Resposta	219	3,2	
Total	6747	100,0	

4.3.1.3. Resumo por Província

Província	Tem terra p/ cultivar		Total		Tem talhão p/ habitação		Total					
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não				
Niassa	699	84,3%	130	15,7%	829	100,0%	723	88,6%	93	11,4%	816	100,0%
Cabo Delgado	539	76,8%	163	23,2%	702	100,0%	553	79,2%	145	20,8%	698	100,0%
Nampula	1510	78,0%	425	22,0%	1935	100,0%	1463	77,9%	414	22,1%	1877	100,0%
Zambezia	395	71,8%	155	28,2%	550	100,0%	399	73,9%	141	26,1%	540	100,0%
Tete	169	97,1%	5	2,9%	174	100,0%	138	95,8%	6	4,2%	144	100,0%
Manica	290	84,3%	54	15,7%	344	100,0%	312	90,7%	32	9,3%	344	100,0%
Sofala	182	82,4%	39	17,6%	221	100,0%	183	82,8%	38	17,2%	221	100,0%
Inhambane	66	71,0%	27	29,0%	93	100,0%	64	71,1%	26	28,9%	90	100,0%
Gaza	580	84,3%	108	15,7%	688	100,0%	604	88,0%	82	12,0%	686	100,0%
Maputo	389	66,0%	200	34,0%	589	100,0%	447	76,0%	141	24,0%	588	100,0%
Cidade de Maputo	179	33,1%	362	66,9%	541	100,0%	331	63,2%	193	36,8%	524	100,0%
Total	4998	75,0%	1668	25,0%	6666	100,0%	5217	79,9%	1311	20,1%	6528	100,0%

4.3.2. Cidadão: Propriedade da terra

4.3.2.1. Terra para cultivar

A quem pertence a terra da machamba?	N	%	% válida
Homem	838	12,4	17,0
Mulher	644	9,5	13,1
Ambos	2589	38,4	52,6
Família/Amigo	284	4,2	5,8
Estado	154	2,3	3,1
Autoridade Tradicional	19	,3	,4
Outros	390	5,8	7,9
Sub-Total	4918	72,9	100,0
S/Resposta	1829	27,1	
Total	6747	100,0	

4.3.2.1. Talhão para habitação

A quem pertence o talhão da casa?	N	%	% válida
Homem	130	1,9	18,7
Mulher	46	,7	6,6
Ambos	351	5,2	50,4
Família/Amigo	55	,8	7,9
Estado	49	,7	7,0
Outros	66	1,0	9,5
Sub-Total	697	10,3	100,0
S/Resposta	6050	89,7	
Total	6747	100,0	

4.3.3. Cidadão: Segurança na posse da terra

4.3.3.1. Sente que lhe podem tirar a terra/talhão?

	N	%	% válida
Sim	1455	24,8	25,8
Não	4186	71,4	74,2
Sub-Total	5641	96,3	100,0
S/Resposta	218	3,7	
Total	5859	100,0	

4.3.3.2. Quem lhe pode tirar a terra/talhão?

	N	%	% válida
Família	186	12,4	14,3
Proprietário	322	21,5	24,8
Estado	576	38,5	44,3
Autoridade Tradicional	37	2,5	2,8
Outros	179	12,0	13,8
Sub-Total	1300	87,0	100,0
S/Resposta	195	13,0	
Total	1495	100,0	

4.3.2 Instituições: Propriedade patrimonial

4.3.2.1. Espaço físico ocupado em nome da própria organização?

	N	%	% válida
Sim	434	47,3	71,6
Não	172	18,8	28,4
Sub-Total	606	66,1	100,0
S/Resposta	311	33,9	
Total	917	100,0	

4.3.2.2. Segurança na posse do património

Acha que pode ser expropriado?	N	%	% válida
Sim	72	16,6	16,9
Não	353	81,3	83,1
Sub-Total	425	97,9	100,0
S/Resposta	9	2,1	
Total	434	100,0	

4.3.3. Cidadão: Poupanças

Faz poupanças?	N	%	% válida
Sim	2254	33,4	35,1
Não	4167	61,8	64,9
Sub-Total	6421	95,2	100,0
S/Resposta	326	4,8	
Total	6747	100,0	

4.3.3.1. Objectivos da poupança

	N	%	% válida
Melhorar a casa	90	4,0	4,7
Assuntos de saúde	114	5,1	5,9
Assuntos escolares	73	3,2	3,8
Futuro dos filhos	108	4,8	5,6
Prevenção de tempos difíceis/imprevistos	931	41,3	48,5
Aumento da renda familiar/Segurança alimentar	603	26,8	31,4
Sub-Total	1919	85,1	100,0
S/Resposta	335	14,9	
Total	2254	100,0	

4.3.3.2. Decisão da poupança

	n	%	% válida
Homem	635	28,2	30,9
Mulher	358	15,9	17,4
Ambos	1065	47,2	51,7
Sub-Total	2058	91,3	100,0
S/Resposta	196	8,7	
Total	2254	100,0	

4.3.3.3. Decisão da poupança por "ambiente" rural/urbano

	Quem tomou a decisão da poupança				Total
	Mulher	Homem	Ambos		
Urbano	190 31,1%	151 24,8%	269 44,1%	610 100,0%	
Ambiente Rural	445 30,7%	207 14,3%	796 55,0%	1448 100,0%	
Total	635 30,9%	358 17,4%	1065 51,7%	2058 100,0%	

4.3.3.3. Decisão da poupança por Província

Província	Quem tomou a decisão da poupança				Total
	Mulher	Homem	Ambos		
Niassa	124 47,0%	26 9,8%	114 43,2%	264 100,0%	
Cabo Delgado	64 32,8%	26 13,3%	105 53,8%	195 100,0%	
Nampula	108 26,4%	73 17,8%	228 55,7%	409 100,0%	
Zambezia	52 21,7%	34 14,2%	154 64,2%	240 100,0%	
Tete	31 29,5%	11 10,5%	63 60,0%	105 100,0%	
Manica	67 38,1%	29 16,5%	80 45,5%	176 100,0%	
Sofala	1 2,6%	2 5,1%	36 92,3%	39 100,0%	
Inhambane	8 25,0%	4 12,5%	20 62,5%	32 100,0%	
Gaza	33 18,6%	34 19,2%	110 62,1%	177 100,0%	
Maputo	64 32,0%	44 22,0%	92 46,0%	200 100,0%	
Cidade de Maputo	83 37,6%	75 33,9%	63 28,5%	221 100,0%	
Total	635 30,9%	358 17,4%	1065 51,7%	2058 100,0%	

4.3.4. Instituições: Lucros no último ano de actividade

Teve lucros no último ano de actividade	n	%	% válida
	Sim	94	47,5
Não	89	44,9	48,6
Sub-Total	183	92,4	100,0
S/Resposta	15	7,6	
Total	198	100,0	

4.3.5. Instituições: Aplicação dos lucros

	n	%	% válida
Equipamentos	32	34,0	37,6
Imóveis	14	14,9	16,5
Poupança no Banco	30	31,9	35,3
Outros	9	9,6	10,6
Sub-Total	85	90,4	100,0
S/Resposta	9	9,6	
Total	94	100,0	

4.3.6. Cidadão: Crédito

4.3.6.1. Pedidos de crédito

Pedi dinheiro emprestado?	n	%	% válida
	Sim	1436	21,3
Não	4604	68,2	76,2
Sub-Total	6040	89,5	100,0
S/Resposta	707	10,5	
Total	6747	100,0	

Por Grupos Profissionais

Grupos Profissionais	Pedeu crédito?		Total	
	Sim	Não		
Camponeses	462 18.3%	2060 81.7%	2522	100.0%
Estudantes	154 38.1%	250 61.9%	404	100.0%
Auto-emprego	346 25.4%	1017 74.6%	1363	100.0%
Empregados	277 29.5%	661 70.5%	938	100.0%
Outros	76 28.7%	189 71.3%	265	100.0%
Total	1315 23.9%	4177 76.1%	5492	100.0%

4.3.6.2. Credores

A quem pediu dinheiro emprestado?	n	%	% válida
Banca	165	11.5	13.3
ONG's/projectos locais	123	8.6	9.9
Igreja/Mesquita	19	1.3	1.5
Familiares/amigos	715	49.8	57.4
Comerciantes	26	1.8	2.1
Outros	197	13.7	15.8
Sub-Total	1245	86.7	100.0
S/Resposta	191	13.3	
Total	1436	100.0	

Por nível de ensino dos respondentes

A quem pediu crédito	Nível de ensino				Total
	Analfabetos	Escolarização Primária	Outras		
Banca	0 .0%	65 11.3%	75 20.4%	140 14.3%	
ONG's/projectos locais	0 .0%	67 11.7%	20 5.4%	87 8.9%	
Igreja/Mesquita	1 2.9%	14 2.4%	2 .5%	17 1.7%	
Familiares/amigos	31 91.2%	331 57.6%	203 55.3%	565 57.9%	
Comerciantes	0 .0%	17 3.0%	4 1.1%	21 2.2%	
Outros	2 5.9%	81 14.1%	63 17.2%	146 15.0%	
Total	34 100.0%	575 100.0%	367 100.0%	976 100.0%	

4.3.7. Empresas (Instituições): Crédito
4.3.7.1. Necessitou de pedir crédito?

	n	%	% válida
Sim	62	31.3	33.3
Não	124	62.6	66.7
Sub-Total	186	93.9	100.0
S/Resposta	12	6.1	
Total	198	100.0	

4.3.7.2. A quem pediu crédito?

	n	%	% válida
Banca Comercial	10	16.1	34.5
Através do Estado	3	4.8	10.3
Outros	16	25.8	55.2
Sub-Total	29	46.8	100.0
S/Resposta	33	53.2	
Total	62	100.0	

4.4.2 Cidadão: Iniciativa de convocação de reuniões para resolução de problemas locais

	n	%	% válida
Estado	705	30.0	34.0
Sociedade Civil	993	42.2	47.9
Outros	375	15.9	18.1
Sub-Total	2073	88.1	100.0
S/Resposta	280	11.9	
Total	2353	100.0	

4.4.4. Cidadão: Sentimento de segurança

Pensa que pode voltar a haver guerra no País?	n	%	% válida
Sim	426	6.3	6.7
Talvez	1927	28.6	30.2
Não	4032	59.8	63.1
Sub-Total	6385	94.6	100.0
S/Resposta	362	5.4	
Total	6747	100.0	

4.4. Pobreza Política

4.4.1 Cidadão: Participação em encontros para resolução de problemas locais

Participou em alguma reunião para resolver problemas locais?	n	%	% válida
Sim	2353	34.9	36.3
Não	4134	61.3	63.7
Sub-Total	6487	96.1	100.0
S/Resposta	260	3.9	
Total	6747	100.0	

4.4.3 Temas discutidos em reuniões para resolução de problemas locais

	n	%	% válida
Sobre a Pobreza	152	6.5	8.1
Sociais	582	24.7	30.8
Económicos	202	8.6	10.7
Do interesse do cidadão/comunidade	905	38.5	47.9
Do interesse do Estado	47	2.0	2.5
Sub-Total	1888	80.2	100.0
S/Resposta	465	19.8	
Total	2353	100.0	

Por Província, Grupos de Idade e Nível de Ensino

Província	Pensa que pode voltar a haver guerra no País?						Total	
	Sim		Talvez		Não			
Niassa	63	8.0%	289	36.8%	433	55.2%	785	100.0%
Cabo Delgado	28	4.3%	174	26.4%	456	69.3%	658	100.0%
Nampula	71	3.8%	503	26.7%	1308	69.5%	1882	100.0%
Zambezia	48	9.1%	248	46.8%	234	44.2%	530	100.0%
Tete	4	3.5%	60	52.2%	51	44.3%	115	100.0%
Manica	21	6.1%	101	29.3%	223	64.6%	345	100.0%
Sofala	18	8.3%	79	36.4%	120	55.3%	217	100.0%
Inhambane	9	9.8%	32	34.8%	51	55.4%	92	100.0%
Gaza	35	5.4%	90	13.8%	528	80.9%	653	100.0%
Maputo	68	11.7%	193	33.3%	319	55.0%	580	100.0%
Cidade de Maputo	61	11.6%	158	29.9%	309	58.5%	528	100.0%
Total	426	6.7%	1927	30.2%	4032	63.1%	6385	100.0%

Grupos de Idade	Pensa que pode voltar a haver guerra no País?						Total	
	Sim		Talvez		Não			
até 25 anos	132	10.8%	426	35.0%	659	54.1%	1217	100.0%
26 a 50 anos	225	5.9%	1132	29.7%	2456	64.4%	3813	100.0%
mais de 50 anos	37	4.2%	233	26.5%	608	69.2%	878	100.0%
Total	394	6.7%	1791	30.3%	3723	63.0%	5908	100.0%

Nível de ensino	Pensa que pode voltar a haver guerra no País?						Total	
	Sim		Talvez		Não			
Analfabetos	7	7.1%	50	50.5%	42	42.4%	99	100.0%
Escolarização Primária	183	6.0%	914	30.1%	1942	63.9%	3039	100.0%
Outras	132	10.8%	394	32.1%	701	57.1%	1227	100.0%
Total	322	7.4%	1358	31.1%	2685	61.5%	4365	100.0%

Questionário ao cidadão

N° _____ PROVINCIA _____ DISTRITO _____ LOCAL _____ SEXO: M [1_] F [2_]		Não preencher NUM [_____]
PROFISSÃO/OCUPAÇÃO _____ IDADE: _____ RELIGIÃO _____ ESCOLARIZAÇÃO: _____		
1. PARTICIPOU EM ALGUMA REUNIÃO / ENCONTRO SOBRE A POBREZA NOS ÚLTIMOS 12 MESES? SIM [1_] NÃO [2_]		PROV [_____]
SE SIM, EM QUANTAS REUNIÕES PARTICIPOU? _____ COM QUEM? _____		DIST [_____]
2. PARA SI, O QUE É SER POBRE? (resumir a resposta em poucas palavras) _____ _____ _____ _____		LOC A [_____]
3. NO ANO PASSADO A COMIDA QUE TEVE DISPONÍVEL PARA A SUA FAMÍLIA AUMENTOU? [1_] DIMINUIU? [2_] MANTEVE-SE NA MESMA? [3_]		PROF [_____]
E PENSA QUE FOI _____ SUFICIENTE [1_] OU INSUFICIENTE [2_]		RELI [_____]
4. E A QUANTIDADE DE ÁGUA QUE TEVE DISPONÍVEL PARA A SUA FAMÍLIA AUMENTOU? [1_] DIMINUIU? [2_] MANTEVE-SE NA MESMA? [3_]		SEXO [_____]
E PENSA QUE FOI _____ SUFICIENTE [1_] OU INSUFICIENTE [2_]		IDAD [_____]
5. A FAMÍLIA TEM TERRA PARA CULTIVAR (TEM MACHAMBA)? SIM [1_] NÃO [2_]		ESCOL [_____]
SE A RESPOSTA FOI SIM, A QUEM PERTENCE A TERRA [1_] A TERRA É DO PRÓPRIO (DA FAMÍLIA) [11] HOMEM [12] MULHER [13] AMBOS [2_] A TERRA É DE OUTRAS PESSOAS DE QUEM? _____		REPO [_____]
6. E TEM UM TALHÃO DE TERRA PARA A SUA CASA? SIM [1_] NÃO [2_]		NREP [_____]
SE A RESPOSTA FOI SIM, A QUEM PERTENCE O TALHÃO [1_] A TERRA É DO PRÓPRIO (DA FAMÍLIA) [11] HOMEM [12] MULHER [13] AMBOS [2_] A TERRA É DE OUTRAS PESSOAS DE QUEM? _____		QUEM [_____]
7. PENSA QUE ALGUÉM LHE PODE TIRAR A TERRA QUE UTILIZA (A MACHAMBA OU O TALHÃO DA CASA)? SIM [1_] NÃO [2_] QUEM? _____		DEFP [_____]
8. DURANTE O ANO PASSADO, NA FAMÍLIA, ALGUÉM FICOU DOENTE POR MAIS DE 3 MESES? SIM [1_] NÃO [2_]		COMI [_____]
QUANDO ESTÁ DOENTE ONDE VAI EM 1º LUGAR PARA SE TRATAR? [1_] POSTO DE SAÚDE [2_] CURANDEIRO/MÉDICO TRADICIONAL		COMI2 [_____]
TEM DINHEIRO PARA COMPRAR OS MEDICAMENTOS RECEITADOS? SIM [1_] NÃO [2_]		H2O [_____]
9. QUANDO TEM PROBLEMAS SOCIAIS GRAVES QUEM É QUE PROCURA EM 1º LUGAR PARA OS RESOLVER? [1_] AUTORIDADES TRADICIONAIS [4_] FAMÍLIA [2_] AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS [5_] OUTROS [3_] TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS _____		H2O2 [_____]
		TERRM [_____]
		QTEM [_____]
		TERRC [_____]
		QTEC [_____]
		TIR A [_____]
		QTIR A [_____]
		DOEN [_____]
		RECD [_____]
		MEDI [_____]
		PROB [_____]

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

		Não preencher
10. AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR VÃO À ESCOLA?		ESC ____
L_1_] SIM (TODAS) L_2_] SIM (ALGUMAS) L_3_] NÃO		
OS RAPAZES QUE NÃO VÃO, PORQUÊ NÃO VÃO?	_____	NESCR ____
_____	_____	
AS MENINAS QUE NÃO VÃO, PORQUÊ NÃO VÃO?	_____	NESCM ____
_____	_____	
11. FAZ POUPANÇAS?		POUP ____
SIM L_1_] NÃO L_2_] _____		
SE SIM, QUAL É O OBJECTIVO DA POUPANÇA?	_____	POBJ ____
_____	_____	
QUEM TOMOU ESTA DECISÃO ?		DEPO ____
I _1_] O HOMEM L_2_] A MULHER L_3_] AMBOS (O CASAL)		
12. TEVE NECESSIDADE DE PEDIR DINHEIRO EMPRESTADO (CRÉDITO)?		CRED ____
SIM L_1_] NÃO L_2_] _____		
SE SIM, A QUEM PEDIU DINHEIRO EMPRESTADO?	_____	QCRED ____
_____	_____	
13. COMO PENSA QUE SE PODE RESOLVER O PROBLEMA DA DEGRADAÇÃO MORAL, FALTA DE ÉTICA E CRIMINALIDADE?		MORAL ____
L_1_] NAS ESCOLAS		
L_2_] ATRAVÉS DAS CONFISSÕES RELIGIOSAS		
L_3_] PELAS EDUCAÇÃO NAS FAMÍLIAS		
L_4_] ATRAVÉS DAS AUTORIDADES (POLÍCIA, TRIBUNAIS)		
L_5_] OUTRAS FORMAS (QUAIS _____)		
14. NO ANO PASSADO PARTICIPOU EM ALGUMA REUNIÃO PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DA ZONA?		RPZON ____
SIM L_1_] NÃO L_2_] _____		
SE SIM, COM QUEM?		
L_1_] ESTADO		
L_2_] SOCIEDADE CIVIL		
L_3_] OUTROS (_____)		QRPZ ON ____
POR QUE RAZÃO (O QUE É QUE FOI DISCUTIDO?)	_____	RAZON ____
_____	_____	
15. PARA A SUA FAMÍLIA, EM COMPARAÇÃO COM O ANO PASSADO, ACHA QUE A VIDA MELHOROU?		MELHOR ____
L_1_] SIM, MELHOROU		
L_2_] NÃO, ESTÁ NA MESMA		
L_3_] NÃO, PIOROU		
16. SENTE QUE PODE VOLTAR A HAVER GUERRA EM MOÇAMBIQUE?		GUER ____
L_1_] SIM L_2_] TALVEZ L_3_] NÃO		
17. COMO É QUE VOCÊ PENSA QUE PODE CONTRIBUIR PARA MELHORAR SITUAÇÃO DA COMUNIDADE?		SITCO ____
_____	_____	
_____	_____	

Questionário as instituições

NÚMERO _____		Não preencher
PROVINCIA _____		NUM ____ PROV ____
DISTRITO _____		DIST ____
LOCAL _____		LOC ____
RESPONDENTE: _1_ EMPRESA _2_ ASSOCIAÇÃO/ONG		RESP ____
3 IGREJA _4_ MESQUITA		
5 SINDICATO _6_ OUTRO _____		
AS QUESTÕES 3, 4, 5, 6 E 7 DEVEM SER RESPONDIDAS APENAS PELOS AGENTES ECONÓMICOS / EMPRESAS E SINDICATOS / ASSOCIAÇÕES		
1. PARTICIPOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES EM ALGUMA REUNIÃO / ENCONTRO SOBRE A POBREZA?		REPO ____
1 SIM _2_ NÃO		NREP ____
SE SIM QUANTOS? _____		QREP ____
COM QUEM? _____		
2. COMO DEFINE A POBREZA? _____		DEFP ____

3. O ESPAÇO FÍSICO ONDE DESENVOLVE AS SUAS ACTIVIDADES ESTÁ REGISTADO EM NOME DA EMPRESA / INSTITUIÇÃO		ESPR ____
1 SIM _2_ NÃO		
SE SIM, ACHA QUE CORRE RISCO DE ELE PODER SER EXPROPRIADO?		EXPR ____
1 SIM _2_ NÃO		
4. QUANDO NA SUA ACTIVIDADE SE VERIFICAM CONFLITOS DE TRABALHO GRAVES, A QUEM É QUE RECORRE PARA OS RESOVER?		CONF ____

5. NO ANO QUE PASSOU A EMPRESA TEVE LUCROS?		LUCR ____
1 SIM _2_ NÃO		
SE SIM, COMO FORAM APLICADOS OS LUCROS?		APLU ____
1 EM EQUIPAMENTOS		
2 EM PATRIMÓNIO IMÓVEL		
3 NOS BANCOS (POUPANÇA)		
4 OUTROS (Como? _____)		
6. NECESSITOU DE PEDIR CRÉDITO PARA A ACTIVIDADE EMPRESARIAL?		CRED ____
1 SIM _2_ NÃO		

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

<p>(6. CONTINUAÇÃO)</p> <p>SE SIM, FOI-LHE CONCEDIDO O CRÉDITO QUE NECESSITAVA?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] SIM L_2_] NÃO</p> <p>SE SIM, QUEM CONCEDEU O CRÉDITO?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] BANCA COMERCIAL L_2_] VIA ESTADO A ESTADO L_3_] OUTROS (QUEM? _____)</p> <p>7. ACHA QUE A SUA EMPRESA MELHOROU A SUA SITUAÇÃO ECÓNOMICA E FINANCEIRA, EM RELAÇÃO AO ANO PASSADO?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] SIM, MELHOROU L_2_] NÃO, ESTÁ NA MESMA L_3_] NÃO, PIOROU</p> <hr/> <p>8. PARTICIPOU NALGUMA REUNIÃO PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DA ZONA ONDE A SUA EMPRESA / ASSOCIAÇÃO / ONG ACTUA?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] SIM L_2_] NÃO</p> <p>9. SENTE QUE PODE VOLTAR A HAVER GUERRA EM MOÇAMBIQUE?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] SIM L_2_] TALVEZ L_3_] NÃO</p> <p>10. COMO PENSA QUE SE PODE RESOLVER O PROBLEMA DA DEGRADAÇÃO MORAL, FALTA DE ÉTICA E CRIMINALIDADE?</p> <p style="text-align: center;">L_1_] NAS ESCOLAS L_2_] ATRAVÉS DAS CONFISSÕES RELIGIOSAS L_3_] PELA EDUCAÇÃO NAS FAMÍLIAS L_4_] ATRAVÉS DAS AUTORIDADES (POLÍCIA, TRIBUNAIS, ETC...) L_5_] OUTRAS FORMAS (explique por favor _____)</p> <p style="text-align: center;">_____)</p> <p>11. TEM ALGUM PLANO PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>12. E O QUE É QUE JÁ FEZ PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>Não preencher</p> <p>CCRED I _____</p> <p>QCRE I _____</p> <p>SITEC I _____</p> <p>RZON I _____</p> <p>GUER I _____</p> <p>MORAL I _____</p> <p>CONT I _____</p> <p>JACON I _____</p>
--	--